



Guia de desenvolvimento ambiental para animadores de juventude



**Cofinanciado pela
União Europeia**

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.



Guia de desenvolvimento ambiental para animadores de juventude

Youth for the Environment

N. 2021-2-PT02-KA210-YOU-000051236



**Cofinanciado pela
União Europeia**

Financiado pela União Europeia. Os pontos de vista e as opiniões expressas são as do(s) autor(es) e não refletem necessariamente a posição da União Europeia ou da Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura (EACEA). Nem a União Europeia nem a EACEA podem ser tidos como responsáveis por essas opiniões.

O que vou encontrar neste guia?

Este é um guia ambiental dirigido principalmente a técnicos de juventude e organizações que implementam atividades com jovens, visando apoiá-los na implementação de atividades relacionadas com o ambiente e a luta contra as alterações climáticas. Neste sentido, é composto por:

1ª parte - Investigação extensiva sobre:

- Valores, objetivos e políticas europeias;
- Estratégia da União Europeia entre 2019 e 2024;
- Cidadania ativa a nível europeu;
- Políticas Europeias para o Ambiente e Justiça Climática;
- Papel dos jovens e do trabalho com jovens na defesa da Justiça Climática.

2ª parte – Descrição de um conjunto de energizers, team building e atividades com educação não formal prontas a implementar nos tópicos de Ambiente, Ecologia e Justiça Climática.

INDEX

O que vou encontrar neste guia?	3
Introdução	6
Valores europeus e cidadania europeia ativa	7
Objetivos europeus	7
Valores europeus	8
Dignidade humana	8
Liberdade	8
Democracia	10
Igualdade	10
Estado de direito	11
Políticas europeias	11
Estratégia da União Europeia para 2019-2024	12
Pacto Ecológico Europeu	12
Uma Europa adaptada à era digital	16
Uma economia que funciona para as pessoas	18
Uma Europa forte no mundo	20
Promover o nosso modo de vida europeu	21
Um novo impulso para a democracia europeia	22
Cidadania ativa na União Europeia	23
Direitos enquanto cidadão europeu	25
Geminção de cidades	25
Programa Erasmus+	26
Inclusão e diversidade	28
Erasmus+ digital	29
Um Erasmus+ verde	30
Oportunidades do programa Erasmus+	31
O programa Erasmus+ e a cidadania ativa	31
Participantes nas atividades Erasmus+	31
Cidadania ativa para as crianças	32

Participação dos jovens	34
Importância da participação dos jovens	34
Como os jovens podem mudar o mundo	35
O que é o Trabalho com Jovens?	
E a sua importância?	36
Justiça climática	37
Trabalho com jovens, ambiente e justiça climática	37
O trabalho com jovens e o ecossistema	39
Jovens que influenciam os decisores	39
Como os jovens podem mudar o mundo - o exemplo de Greta	40
Construir um futuro melhor.....	41
História das alterações climáticas	42
Preocupações ambientais numa perspetiva psicológica	42
Initial environmental concerns	46
A curva de Keeling	47
Organizações e convenções ambientais	50
Efeitos das alterações climáticas	51
Vulnerabilidade	51
Doenças	53
Migrações ambientais	54
Economia.....	56
Direitos fundamentais	56
Tipos de comportamento face às preocupações ambientais	58
Cronologia das alterações climáticas	59
Inclusão na aplicação do guia metodológico.....	61
Dicas e sugestões	62
Conclusões.....	64
Referencies.....	65
ATIVIDADES AUXILIARES	69
Atividades - Boas práticas ambientais	69
Atividades - Team Building	83
Atividades - Energizers	93

Introdução

O continente europeu tem uma visão cada vez mais ecológica e sustentável e é por isso que a maioria das suas políticas tem o ambiente como um dos seus principais elementos.

Tanto a UE como os governos nacionais que a integram estão a estabelecer objetivos que vão para além do ano 2050, tudo isto sem ter em conta as decisões e pactos que foram tomados até agora, entre os quais se pode destacar o Pacto Verde Europeu.

Este pacto, aprovado em 2020, tem como objetivo tornar a Europa um continente totalmente neutro e sustentável. O gatilho para este pacto foi a declaração de emergência climática à Comissão Europeia pelo Parlamento Europeu, na qual propôs medidas para limitar o aquecimento global a 1,5° e assim reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Todas as medidas adotadas visam, por sua vez, promover a participação dos cidadãos e inculcar-lhes valores europeus. O principal grupo-alvo é a população jovem, com o objetivo de sensibilizar os jovens para as questões ambientais e de partilhar essa sensibilização, bem como de permitir que as novas gerações estejam sensibilizadas para as questões ambientais e estejam dispostas a participar em ações e iniciativas para reduzir as suas consequências.

Desta forma, o seguinte guia foi desenvolvido com o objetivo de ser um apoio para os es de juventude que vão levar a cabo a implementação de atividades ambientais.

O documento centra-se especialmente na recomendação de atividades cujo objetivo central é sensibilizar a população juvenil para a importância de conservar e cuidar do ambiente, para além de promover os valores europeus, estes últimos através da introdução de conteúdos que orientem os jovens na tomada de decisões e considerem as políticas públicas como parte delas.

Este guia não só contém informações relevantes sobre a questão ambiental, que farão o leitor refletir, como também oferece uma série de informações relevantes sobre cidadania ativa e valores europeus aplicados à população jovem.

O conteúdo deste guia proporcionará uma visão sólida e alargada das diferentes formas como os jovens podem envolver-se na sociedade civil e europeia e promover a proteção do ambiente.

A primeira parte do guia é uma extensa investigação teórica dos temas referidos no Índice e respetivas referências utilizadas. A ideia é que uma melhor compreensão do enquadramento europeu, especificamente em Ambiente e Justiça Climática, é essencial para apoiar os técnicos de juventude nestes temas.

A segunda parte do guia é composta pela descrição de um conjunto de energizers, team building e atividades com educação não formal prontas para implementar com os jovens em temas relacionados com Ambiente, Ecologia e Justiça Climática.

Valores europeus e cidadania europeia **ativa**

Objetivos europeus

A União Europeia tem vários objetivos, tanto dentro da União Europeia como fora das suas fronteiras. Todos estes objetivos estão descritos no artigo 3º do Tratado de Lisboa e, tal como constam do sítio Web da União Europeia, podem ser consultados abaixo (União Europeia, n.d.).

Os objetivos da União Europeia dentro das suas fronteiras são:

- Promover a paz, os valores e o bem-estar dos seus cidadãos
- Oferecer liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, tomando simultaneamente medidas adequadas nas suas fronteiras externas para regular o asilo e a imigração e prevenir e combater a criminalidade
- Estabelecer um mercado interno
- Alcançar um desenvolvimento sustentável baseado num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços e numa economia de mercado altamente competitiva, com pleno emprego e progresso social
- Proteger e melhorar a qualidade do ambiente
- Promover o progresso científico e tecnológico
- Combater a exclusão social e a discriminação
- Promover a justiça e a proteção social, a igualdade entre homens e mulheres e a proteção dos direitos da criança
- Reforçar a coesão económica, social e territorial e a solidariedade entre os países da UE
- Respeitar a riqueza da sua diversidade cultural e linguística
- Estabelecer uma união económica e monetária cuja moeda é o euro

Os objetivos da União Europeia fora das suas fronteiras são

- Defender e promover os seus valores e interesses
- Contribuir para a paz e a segurança e para o desenvolvimento sustentável do planeta
- Contribuir para a solidariedade e o respeito mútuo entre os povos, o comércio livre e equitativo, a erradicação da pobreza e a proteção dos direitos humanos
- Observância rigorosa do direito internacional

Valores europeus

Para além dos objetivos, a União Europeia tem um par de valores fundamentais que unem todos os Estados-Membros. Um país que não reconheça estes valores também não pode pertencer à União Europeia. Os valores fundamentais da União Europeia são o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos, a democracia, a igualdade e o Estado de direito (Parlamento, n.d.). Todos estes valores estão consagrados no artigo 2º do Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Além disso, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece todos os direitos pessoais, cívicos, políticos e sociais dos cidadãos da União.

No ano de 2012, a União Europeia foi galardoada com o Prémio Nobel da Paz por promover as causas da paz, da reconciliação, da democracia e dos direitos humanos na Europa (União Europeia, n.d.). No sítio Web da União Europeia, afirma-se que a União se baseia em seis valores que são explicados nos parágrafos seguintes.

Dignidade humana

A dignidade humana nunca pode ser quebrada e deve ser respeitada e protegida. Constitui a verdadeira base dos direitos fundamentais (União Europeia, n.d.). Ninguém pode ser ferido física ou mentalmente. Além disso, todos têm direito à vida e nenhum cidadão pode ser condenado à morte ou executado. Os castigos que incluem a tortura e a degradação são proibidos na União Europeia, bem como a escravatura e o trabalho forçado. Para além disso, o tráfico de seres humanos também não é permitido (Parlamento, n.d.).

Liberdade

A liberdade de circulação confere aos cidadãos da União Europeia o direito de circular e residir livremente na União. Este direito de livre circulação está consagrado no artigo 21.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). No entanto, este direito não é incondicional, uma vez que pode ser exercido sob as condições e restrições do direito comunitário. Devido ao direito de livre circulação, os cidadãos da União Europeia podem entrar e permanecer no território de outro Estado-Membro até três meses, sem estarem sujeitos a quaisquer condições ou formalidades para além da exigência de possuírem um passaporte ou bilhete de identidade válido (Ministério Federal do Interior e da Comunidade, n.d.).

A Carta dos Direitos Fundamentais da UE protege as liberdades individuais relativas, por exemplo, ao respeito pela vida privada, à liberdade de pensamento, de religião, de reunião, de expressão e de informação (União Europeia, n.d.). O Parlamento Europeu também afirma que todos os cidadãos têm o direito de ser livres e seguros. Por exemplo, o lar, a família e as comunicações pessoais devem ser respeitados e todos têm o direito de casar e constituir família. Além disso, os cidadãos têm direito à educação, ao trabalho, à criação de uma empresa e à propriedade. Os refugiados que entram nos países que fazem parte da União Europeia têm o direito de requerer asilo e não podem ser deportados para um país perigoso (Parlamento, n.d.).

Direitos do Homem

Para além das liberdades individuais, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE protege os direitos humanos. Os direitos humanos abrangem o direito de não ser discriminado em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Além disso, os cidadãos têm o direito à proteção dos dados pessoais, bem como o direito de acesso à justiça. O Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH) presta apoio para aumentar o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais em países e regiões onde tal está em risco (União Europeia, n.d.). Em novembro de 2020, o Conselho Europeu adotou o terceiro Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia, que estabelece as ambições e prioridades da União para o período de 2020 a 2024. Este plano de ação está estruturado em torno de cinco temas principais, nomeadamente os seguintes (Lerch, 2021).

- Proteger e capacitar os indivíduos;
- Construir sociedades resilientes, inclusivas e democráticas;
- Promover um sistema global para os direitos humanos e a democracia;
- Novas tecnologias: aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios;
- Alcançar resultados trabalhando em conjunto.

A União Europeia afirma no seu sítio Web que existem duas vertentes principais de política e ação em matéria de direitos humanos na União. Uma é a proteção e a promoção dos direitos humanos fundamentais dos cidadãos da União Europeia. A outra é a proteção e promoção dos direitos humanos a nível mundial, ou seja, também fora da União Europeia. Embora não sejam juridicamente vinculativas, as directrizes da UE em matéria de direitos humanos, adotadas pelo Conselho da União Europeia, fornecem instruções práticas para as representações da UE em todo o mundo sobre os vários temas. Esta lista de temas, tal como é apresentada pelo Parlamento Europeu, pode ser consultada em seguida (Lerch, 2021).

- Ação contra a pena de morte
- Diálogos sobre os direitos humanos
- O direito da criança
- Ação contra a tortura e outros tratamentos cruéis
- Proteção das crianças nos conflitos armados
- Proteção dos defensores dos direitos humanos
- Respeito do direito humanitário internacional
- Combater a violência contra as mulheres e as raparigas
- Promover a liberdade de religião e de crença
- Proteger os direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e intersexuais (LGBTI)

- Promover a liberdade de expressão, tanto em linha como fora de linha
- Não discriminação na ação externa
- Água potável e saneamento

De acordo com o Parlamento Europeu, existem diálogos políticos regulares com países do terceiro mundo ou organizações regionais que incluem os direitos humanos. Além disso, a União Europeia promove os direitos humanos através de fóruns multilaterais, como o Terceiro Comité da Assembleia Geral da ONU, o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o Conselho da Europa. Para além disso, a União Europeia promove a justiça internacional através do Tribunal Penal Internacional, por exemplo (Lerch, 2021).

Democracia

A União Europeia rege-se pelo princípio da democracia representativa (Comissão, 2020). Todos os cidadãos europeus têm direitos políticos, por exemplo, o direito de se candidatarem e de votarem nas eleições para o Parlamento Europeu. Estas eleições realizam-se de cinco em cinco anos desde 1979. Para além disso, os cidadãos também têm o direito de se candidatar e de votar no país de residência ou no país de origem (Parlamento, n.d.). Devido às eleições nacionais nos Estados Membros, a opinião e os interesses dos cidadãos estão representados no Conselho Europeu e no Conselho da União Europeia, também conhecido como Conselho de Ministros. Ambos os conselhos são compostos por pessoas dos governos nacionais dos países da UE e, como a maioria dos governos nacionais é eleita pelo povo, direta ou indiretamente, estes conselhos representam os cidadãos europeus (Hatton & Anna, 2016).

Igualdade

A igualdade consiste na igualdade de direitos de todos os cidadãos perante a lei. A igualdade entre homens e mulheres apoia todas as políticas europeias e constitui a base da integração europeia. Como resultado deste valor, o salário igual para trabalho igual tornou-se parte do Tratado de Roma em 1952 (Parlamento, n.d.).

Após as eleições europeias de 2019, a questão da igualdade de género voltou à agenda política com o forte apoio da primeira mulher Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e da Comissária para a Igualdade, Helena Dalli. Nas orientações políticas para a União Europeia, Ursula von der Leyen afirmou que a igualdade para todos e em todos os sentidos era uma das principais prioridades da sua comissão (Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, n.d.).

A Comissão Europeia criou uma Estratégia de Género para os anos de 2020 a 2025, que se centra na concretização de uma Europa igualitária em termos de género, onde a violência baseada no género, a discriminação sexual e a desigualdade estrutural entre mulheres e homens sejam uma coisa do passado. Uma Europa onde mulheres e homens, raparigas e rapazes, em toda a sua diversidade, são iguais. Para atingir este objetivo, a Comissão Europeia propôs os

seguintes seis temas diferentes (Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, n.d.):

- Ser livre de violência e estereótipos
- Prosperar numa economia com igualdade de género
- Liderar com igualdade em toda a sociedade
- Integração da perspetiva de género e de uma perspetiva intersectorial nas políticas da UE
- Financiamento de ações destinadas a promover a igualdade de género na UE
- Abordar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em todo o mundo

De um modo geral, o valor da igualdade entre homens e mulheres da União Europeia tem por objetivo promover a igualdade de independência económica entre homens e mulheres e colmatar as disparidades existentes entre os sexos. Além disso, deve promover o equilíbrio entre os géneros na tomada de decisões e acabar com a violência baseada no género. A União Europeia não está apenas a promover a igualdade de género na Europa, mas também fora dela (Equal4Europe, n.d.).

A investigação sobre os benefícios económicos da igualdade de género na União Europeia realizada por Maceira (Maceira, 2017) mostra que a melhoria da igualdade de género tem um efeito positivo significativo no PIB per capita, bem como no emprego das mulheres. Estes impactos devem-se principalmente a um aumento da produtividade e a uma melhoria da capacidade produtiva potencial da economia.

Estado de direito

A definição de Estado de direito consiste, em princípio, no facto de todas as pessoas, instituições e entidades, públicas ou privadas, incluindo o próprio Estado, serem responsáveis perante as leis. Isto significa que, num Estado de direito, nenhuma pessoa ou político está acima da lei. Este facto é importante para as sociedades democráticas (Gill, 2020). Tudo o que a União Europeia faz baseia-se em tratados que são voluntária e democraticamente acordados por todos os Estados-Membros da União. O respeito pelo Estado de direito é essencial para o funcionamento da União Europeia (União Europeia, n.d.).

De acordo com a Comissão Europeia (n.d.), o Estado de direito garante os direitos e valores fundamentais e permite a aplicação da legislação da UE. Além disso, apoia um ambiente empresarial favorável ao investimento.

Políticas europeias

No sítio Web do Parlamento Europeu (n.d.) afirma-se que, em grande medida, as políticas da União Europeia e do Parlamento são determinadas pelos valores, objetivos e princípios da União. A definição de políticas é o processo de desenvolvimento de ideias ou planos que são depois postos em prática através de legislação que cria um sistema regulador. Na União Europeia, a elaboração de políticas pode ser efectuada por quatro instituições, nomeada-

mente a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e o Tribunal de Justiça Europeu (Frenk, Hunt, Partidge, Thornton, & Wyatt, 2016). São muitas as políticas presentes na União Europeia, todas elas centradas em diferentes temas. Alguns destes domínios políticos serão explicados mais pormenorizadamente em secções posteriores do presente guia.

Estratégia da União Europeia para 2019-2024

Para os anos de 2019 a 2024, a Comissão Europeia desenvolveu seis prioridades. Estas prioridades dizem respeito à sustentabilidade, à digitalização, à melhoria da economia, à promoção da União Europeia e à democracia. Nos parágrafos seguintes, estas prioridades serão discutidas em mais pormenor.

Pacto Ecológico Europeu

No sítio Web da Comissão Europeia (n.d.) afirma-se que a União Europeia quer ser o primeiro continente com impacto neutro no clima. Sabe-se que a atmosfera está a aquecer e que o clima está a mudar cada vez mais com o passar dos anos. Muitas espécies estão em risco devido às alterações climáticas e as florestas, bem como os oceanos, estão a ser poluídos e destruídos. A Comissão Europeia criou o Pacto Ecológico Europeu como resposta a este problema. O Pacto Ecológico Europeu é uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a União Europeia numa sociedade justa e próspera, com uma economia moderna, eficiente em termos de recursos e competitiva, sem emissões de gases com efeito de estufa até 2050 e em que o crescimento económico não esteja relacionado com a utilização de recursos (Comissão Europeia, 2019).

A Comissão Europeia afirma que a ambição ambiental do Pacto Ecológico Europeu não será alcançada pela Europa agindo sozinha. As alterações climáticas e a perda de biodiversidade são um problema global e não são certamente causadas apenas pela Europa ou limitadas pelas fronteiras nacionais. A União Europeia poderia utilizar a sua influência, conhecimentos e recursos financeiros para ajudar os seus vizinhos e parceiros a juntar-se à luta contra as alterações climáticas. O objetivo da União Europeia é continuar a liderar os esforços internacionais e pretende estabelecer ligações com os países parceiros que partilham as mesmas ideias.

Para poder investigar a estratégia do Pacto Ecológico Europeu, é necessário rever muitas das políticas existentes. Políticas como as políticas relativas ao fornecimento de energia limpa em toda a economia, indústria, produção e consumo, infra-estruturas de grande escala, transportes, alimentação e agricultura, construção, tributação e benefícios sociais têm de ser analisadas (Comissão Europeia, 2019). Espera-se que o Pacto Ecológico Europeu traga muitos benefícios no final. No quadro 1 abaixo, são mencionados alguns desses benefícios, conforme indicado no sítio Web da Comissão Europeia.

Benefícios do Pacto Ecológico Europeu

- 1 Ar fresco, água limpa, solos saudáveis e biodiversidade
- 2 Edifícios renovados e energeticamente eficientes
- 3 Alimentos saudáveis e acessíveis
- 4 Mais transportes públicos
- 5 Energia mais limpa e inovação tecnológica limpa de ponta
- 6 Produtos mais duradouros que podem ser reparados, reciclados e reutilizados
- 7 Empregos preparados para o futuro e formação de competências para a transição
- 8 Indústria globalmente competitiva e resiliente

Tabela 1. Benefícios do Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeia, n.d.)

A Comissão Europeia criou um plano de ação especial para o Pacto Ecológico Europeu. Este plano, que pode ser visto na figura abaixo, deve ser um guia para alcançar o seu objetivo estratégico de se tornar mais sustentável. O plano de ação é basicamente um roteiro para tornar a economia da União Europeia sustentável, transformando os desafios climáticos e ambientais em oportunidades em todos os domínios políticos. O objetivo do Pacto Ecológico Europeu é utilizar os recursos de forma mais eficiente, passando para uma economia limpa e circular e travando as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, bem como reduzindo a poluição (switch2green, n.d.).

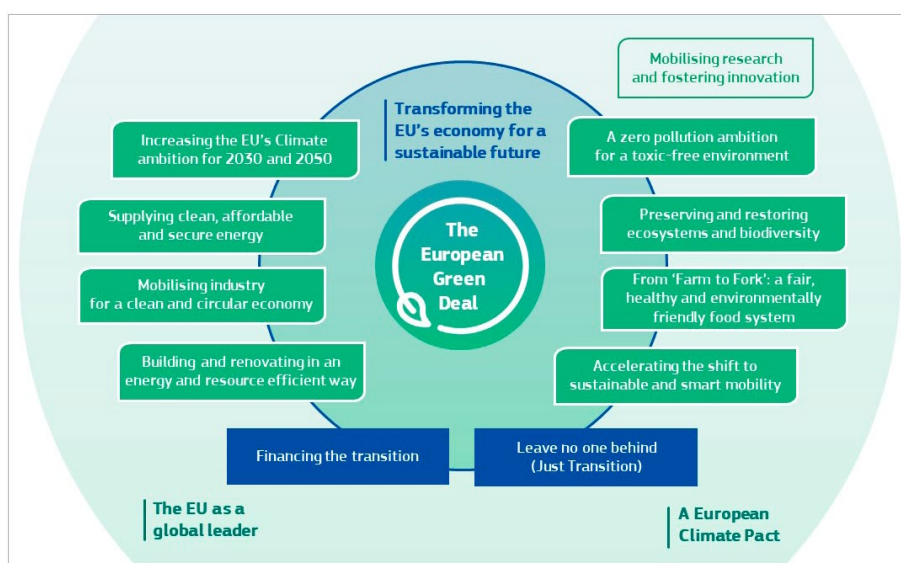


Figura 1. Roteiro do Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeia, 2019).

Para além do roteiro apresentado na figura 1, a Comissão Europeia criou uma página Web com informações e propostas sobre como cumprir os objetivos até 2030 de uma forma justa, rentável e competitiva. No total, a Comissão Europeia apresenta sete propostas. Nos parágrafos que se seguem, podem ser encontradas mais informações sobre este assunto.

Proposta 1: Transformar a nossa economia e as nossas sociedades

As alterações climáticas são um grande desafio na vida de hoje e, com isso, os modelos económicos têm de ser revistos. Todos os 27 Estados-Membros concordaram em aceitar o desafio de se tornarem neutros em termos de clima até 2050 e, para o conseguir, comprometeram-se a reduzir as emissões em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os níveis registados em 1990 (Comissão Europeia, n.d.).

Ao criar este objetivo, serão criadas novas oportunidades e benefícios, tais como:

- Inovação
- Redução das emissões
- Criação de emprego e crescimento
- A pobreza energética será combatida
- A dependência energética externa será reduzida
- Melhoria da saúde e do bem-estar

Proposta 2: tornar os transportes sustentáveis para todos

A Comissão Europeia (n.d.) defende que, como resultado de uma transição para uma mobilidade mais ecológica, serão oferecidos transportes limpos, acessíveis e económicos em todas as áreas, incluindo as mais remotas.

Relativamente à segunda proposta, a Comissão Europeia criou objetivos para reduzir as emissões de CO₂ dos novos automóveis e carrinhas. Os objetivos são reduzir as emissões dos automóveis em 55% e das carrinhas em 50% até 2020. Além disso, o objetivo é que as emissões dos automóveis novos sejam nulas até 2035. Para atingir estes objetivos, a Comissão Europeia incentiva o crescimento do mercado de veículos com emissões zero e baixas. A Comissão centra-se especialmente nas infra-estruturas necessárias para que os cidadãos possam carregar estes veículos em viagens de curta e longa duração.

Para além disso, a Comissão Europeia pretende atribuir um preço à poluição, por exemplo, cobrando às pessoas pelo transporte rodoviário, pelo transporte aéreo ou pelo transporte por barco (Comissão Europeia, n.d.).

Proposta 3: liderar a terceira revolução industrial

Uma proposta como a de liderar a terceira revolução industrial pode ter um impacto em todas as cadeias de valor. Por exemplo, na cadeia de valor de sectores como a energia, os transportes, a construção e a renovação. Esta terceira proposta pode levar à criação

de empregos sustentáveis, locais e bem remunerados em toda a Europa. De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a eletrificação da economia e a maior utilização de energias renováveis criem mais emprego nos sectores acima mencionados (Comissão Europeia, n.d.).

Proposta 4: limpar o nosso sistema energético

Para atingir o objetivo de reduzir as emissões em 55% até 2030, é necessária a utilização de mais energias renováveis e uma maior eficiência energética (Comissão Europeia, n.d.). A Comissão Europeia compromete-se a aumentar para 40% o objetivo vinculativo das fontes de energia renováveis no cabaz energético da UE. Além disso, foram estabelecidos novos objetivos de eficiência energética para o consumo final e primário de energia, reduzindo-os em 36-39% (Allen, 2021).

Além disso, a Comissão Europeia pretende que um sistema fiscal para os produtos energéticos apoie os objetivos estratégicos, dando os incentivos adequados. Existe uma proposta da Comissão para alinhar as taxas mínimas de imposto para o aquecimento e os transportes com os objetivos relacionados com o clima. No entanto, o impacto social deve ser atenuado e os cidadãos vulneráveis devem ser apoiados (Comissão Europeia, n.d.).

Proposta 5: renovação de edifícios para estilos de vida mais ecológicos

De acordo com a Comissão Europeia (n.d.), a renovação de casas e edifícios pode poupar energia e protege contra extremos de frio ou calor, resultando numa diminuição da pobreza energética. Para apoiar os cidadãos afectados ou em risco de pobreza energética ou de mobilidade, foi criado um novo fundo denominado “Fundo Social para o Clima”. Este fundo ajudará a reduzir os custos para as pessoas expostas às mudanças, para garantir que a transição seja justa e não deixe ninguém para trás (Comissão Europeia, n.d.).

Relativamente à quinta proposta, serão disponibilizados 72,7 mil milhões de euros ao longo de sete anos para financiar a renovação de edifícios, o acesso à mobilidade com emissões zero e baixas, ou mesmo o apoio ao rendimento. É importante que não só as casas, mas também os edifícios públicos sejam renovados para utilizarem mais energias renováveis e serem mais eficientes do ponto de vista energético (Comissão Europeia, n.d.).

No que diz respeito à proposta de renovação de edifícios para estilos de vida mais ecológicos, a Comissão Europeia propõe que sejam estabelecidos os seguintes objetivos

- Exigir que os Estados-Membros renovem anualmente pelo menos 3% da superfície total de todos os edifícios públicos
- Estabelecer um valor de referência de 49% de energias renováveis nos edifícios até 2030
- Exigir que os Estados-Membros aumentem a utilização de energias renováveis no aquecimento e arrefecimento em +1,1 pontos percentuais por ano até 2030

Proposta 6: trabalhar com a natureza para proteger o nosso planeta e a nossa saúde

É fundamental restaurar a natureza e aumentar a biodiversidade, uma vez que esta oferece uma solução rápida e barata para absorver e armazenar carbono. A Comissão Europeia pretende restaurar as florestas, os solos, as zonas húmidas e as turfeiras da Europa, uma vez que isso aumentará a absorção de CO₂ e tornará o ambiente mais propenso às alterações climáticas (Comissão Europeia, n.d.).

Proposta 7: impulsionar a ação climática global

A Comissão Europeia (n.d.) afirma que a ameaça das alterações climáticas só pode ser resolvida quando se trabalha em conjunto com parceiros internacionais. Até à data, a iniciativa do Pacto Ecológico Europeu deu um exemplo positivo que levou os principais parceiros internacionais a fixarem os seus próprios objetivos de neutralidade climática.

Uma Europa adaptada à era digital

Como a tecnologia digital está a mudar a vida das pessoas, uma das estratégias da União Europeia é uma estratégia digital. Esta estratégia tem como objetivo fazer com que a transformação digital funcione para as pessoas e para as empresas, ao mesmo tempo que ajuda a atingir o objetivo anteriormente mencionado de neutralidade climática até 2050 (Comissão Europeia, n.d.). A Comissão Europeia (n.d.) argumenta que está determinada a fazer desta década a “década digital” da Europa. Afirma que a Europa deve reforçar a sua soberania digital e estabelecer normas, em vez de seguir as de outros. Estas normas devem centrar-se principalmente nos dados, na tecnologia e nas infra-estruturas.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou que a necessidade de a Europa liderar a transição para um planeta saudável e um novo mundo digital é importante. Assim, o objetivo de se tornar mais ecológica e mais digital é um duplo desafio que anda de mãos dadas. O Pacto Ecológico Europeu estabelece que é necessária uma mudança imediata para soluções mais sustentáveis que sejam eficientes em termos de recursos, circulares e neutras em termos climáticos. Além disso, é necessário que todos os cidadãos, trabalhadores e empresários tenham uma oportunidade justa, independentemente do local onde vivam, de beneficiar das vantagens da sociedade cada vez mais digitalizada (Comissão Europeia, 2020).

O aumento da digitalização traz vantagens e desvantagens, e isso é algo que precisa de ser considerado. As soluções digitais, como os sistemas de comunicação, as tecnologias quânticas ou a inteligência artificial (IA), têm muitos benefícios e podem enriquecer a vida das pessoas. No entanto, não se deve esquecer que também existem riscos e custos envolvidos. Um risco associado à digitalização é, por exemplo, a segurança dos dados pessoais e a cibercriminalidade. Esta situação pode constituir uma ameaça para o bem-estar pessoal dos cidadãos ou perturbar as infra-estruturas críticas e os interesses de segurança mais vastos (Comissão Europeia, 2020). De acordo com a Comissão Europeia (2020), esta transformação substancial da sociedade exige uma reflexão a todos os níveis da sociedade sobre a forma de enfrentar os riscos e os desafios envolvidos.

A União Europeia criou um novo programa para apoiar a sua estratégia digital, denominado Programa Europa Digital (DIGITAL). Este programa é financiado pela União e tem como objetivo levar a tecnologia digital às empresas, aos cidadãos e à administração pública.

A tecnologia e as infra-estruturas digitais desempenham um papel importante na vida privada dos cidadãos, bem como nos ambientes empresariais. A razão para tal é que o mundo depende delas para comunicar, trabalhar, fazer avançar a ciência e responder aos atuais problemas ambientais. O Programa Europa Digital apoiará projectos em cinco áreas-chave. Estas áreas são a supercomputação, a inteligência artificial, a cibersegurança, as competências digitais avançadas e a garantia de uma ampla utilização das tecnologias digitais na economia e na sociedade (Comissão Europeia, n.d.). A Comissão Europeia afirma no seu sítio Web que o orçamento previsto para este programa é de 7,5 mil milhões de euros e que o objetivo é apoiar a recuperação económica e moldar a transformação digital da sociedade e da economia na Europa. Embora o programa deva beneficiar toda a gente, é nas pequenas e médias empresas que se concentra mais.

De um modo geral, a Comissão Europeia pretende centrar-se em três objetivos fundamentais para atingir a sua meta estratégica digital. Estes três objetivos devem garantir que as soluções digitais ajudem a Europa a seguir o seu próprio caminho para uma transformação digital.

Além disso, devem colocar a Europa numa posição mais favorável para ser um criador de tendências no debate mundial.

Os três objetivos-chave são apresentados no quadro 2.

Objetivo	Explicação
Tecnologia que funciona para as pessoas	Este objetivo-chave tem a ver com o desenvolvimento, a implantação e a adoção de tecnologias que façam uma verdadeira diferença na vida quotidiana dos cidadãos. Além disso, deve existir uma economia forte e competitiva que domine e molde a tecnologia de forma a respeitar os valores europeus
Economia justa e competitiva	Este objetivo fundamental consiste em ter um mercado único sem fricções, no qual as empresas, independentemente da sua dimensão e sector, possam competir em igualdade de condições. Além disso, as empresas devem poder desenvolver, comercializar e utilizar novas tecnologias, produtos e serviços a uma escala que aumente a sua produtividade e competitividade global. Neste objetivo, é igualmente importante que os clientes possam esperar que os seus direitos sejam respeitados.

Sociedade aberta, democrática e sustentável	Este objetivo fundamental consiste em criar um ambiente de confiança em que as pessoas possam agir e interagir com os dados que fornecem em linha e fora de linha. Este objetivo visa igualmente uma transformação digital que reforce os valores democráticos da União Europeia, respeite os direitos fundamentais e contribua para uma economia sustentável, com impacto neutro no clima e eficiente em termos de recursos.
---	---

Quadro 2. Os três principais objetivos da Comissão Europeia relacionados com a estratégia digital (Comissão Europeia, 2020).

A Europa é mais forte quando junta as suas forças, pelo que a União Europeia e os seus Estados-Membros devem trabalhar em conjunto, envolvendo regiões, municípios, universidades, sociedade civil, instituições financeiras, empresas e companhias. Além disso, é necessário colaborar nos seus investimentos em investigação e inovação para partilhar experiências e cooperar entre países (Comissão Europeia, 2020). A Comissão Europeia (2020) argumenta que os recentes acordos de trabalho conjunto em áreas como a super-computação e a microeletrónica demonstraram que a colaboração pode ser altamente eficaz.

Uma economia que funciona para as pessoas

É importante que uma economia funcione para as pessoas e para os indivíduos, pois só assim pode florescer. A União Europeia tem uma economia social de mercado única que permite o crescimento das economias e a redução da pobreza e da desigualdade. A economia social é um ator socioeconómico primordial da economia social de mercado europeia (Comissão Europeia, n.d.). No total, existem cerca de 2,8 milhões de empresas e organizações da economia social. Estas estão unidas em torno dos valores do lucro em detrimento das pessoas, da governação democrática, da solidariedade e do reinvestimento da maior parte dos lucros na realização de objetivos de desenvolvimento sustentável. A economia social também contribui para empregos de qualidade, inclusão, inovação, crescimento sustentável, proteção social, igualdade de género, transição ecológica e coesão (Social Economy Europe, n.d.).

A economia social pode ajudar a implementar os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, por exemplo, aumentando a taxa de emprego e a redução do número de cidadãos em risco de pobreza e exclusão social (Comissão Europeia, 2021). De acordo com a Comissão Europeia (2021), a economia social apoia as ações dos Estados-Membros na prestação de serviços sociais de qualidade com uma boa relação custo-eficácia. Um exemplo disto são os esforços para integrar os jovens e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, como as pessoas com deficiência, os idosos, os desempregados de longa duração, os migrantes, as pessoas de minorias raciais ou étnicas e as famílias monoparentais. A economia social ajuda a construir pontes e presta serviços que são essenciais para apoiar uma vida autónoma.

Como já foi referido, as organizações e empresas da economia social valorizam normalmente a sustentabilidade, pelo que a economia social contribui para a implementação de objetivos de sustentabilidade na União Europeia, bem como a nível mundial. A razão para isto é que as empresas e organizações sociais estão activas em todo o mundo na melhoria de vários tópicos, tais como a diminuição dos níveis de pobreza, a condução da transição para cidades sustentáveis, o consumo responsável, a produção responsável e as finanças sustentáveis (Comissão Europeia, 2021).

A Comissão Europeia (2021) argumenta que os modelos de negócio da economia social podem trazer valor para as economias e sociedades locais ao enriquecer a inclusão, a resiliência e a sustentabilidade. A maioria das organizações da economia social tem fortes raízes locais e serve a comunidade local onde estão localizadas. Isto faz com que sejam parcialmente impulsionadoras do desenvolvimento económico local. A União Europeia tem uma visão a longo prazo para as zonas rurais e as empresas e organizações sociais enquadram-se perfeitamente nesta visão. A Comissão Europeia quer tomar medidas que permitam aos empresários e às pequenas empresas deslocarem-se para as zonas rurais para contribuir para o ambiente económico em mudança, proporcionar oportunidades de negócio inovadoras e cooperar, agrupar e desenvolver novos setores da economia (Comissão Europeia, 2021).

Existem algumas áreas políticas nas quais a Comissão Europeia se concentra ao desenvolver políticas relativas ao objetivo estratégico de ter uma economia que funcione para as pessoas. Estas áreas políticas podem ser analisadas na tabela 3 abaixo. De acordo com a Comissão Europeia (n.d.), a economia europeia é atualmente relativamente estável e, por conseguinte, pode responder às necessidades dos cidadãos da UE.

Domínio de intervenção	Descrição
Uma União Económica e Monetária mais profunda e mais justa	Combinar a estabilidade com a equidade e a responsabilidade democrática
Mercado interno	Um mercado interno mais aprofundado e mais justo
Emprego, crescimento e investimento	Impulsionar o investimento e criar emprego
O semestre europeu	Saber mais sobre o ciclo anual de coordenação das políticas económicas da União Europeia
Apoio ao emprego dos jovens	Os jovens enfrentam um início difícil no mercado de trabalho; no entanto, merecem todas as oportunidades possíveis para desenvolverem todo o seu potencial para moldarem o futuro da União Europeia e prosperarem nas transições ecológica e digital.

Quadro 3. Domínios políticos para uma economia ao serviço das pessoas (Comissão Europeia, n.d.).

Uma Europa forte no mundo

Esta prioridade da Comissão Europeia tem a ver com o reforço da posição de liderança global responsável que a Europa tem. A Europa é uma zona atractiva para a realização de negócios quando tem uma agenda comercial forte, justa e aberta. Por conseguinte, é importante reforçar o papel da União Europeia como líder mundial, garantindo simultaneamente os mais elevados padrões de proteção climática, ambiental e laboral (Comissão Europeia, n.d.).

Além disso, quando a União Europeia pretende reforçar o seu papel de líder mundial, deve estabelecer relações fortes com os seus parceiros e trabalhar em estreita colaboração com os países vizinhos, como os Balcãs Ocidentais, bem como com África (Comissão Europeia, n.d.). De acordo com a Comissão Europeia (n.d.), a União Europeia deve reafirmar a perspetiva europeia dos países dos Balcãs Ocidentais e introduzir uma estratégia global para África.

A União Europeia tem pontos em comum com os Balcãs Ocidentais, pelo que seria uma boa oportunidade para melhorar as relações. Por exemplo, os milénios de história social e política partilhada, bem como o comércio, as tradições e a cultura são comuns. A África, por outro lado, é um parceiro neutro com grande potencial de cooperação (Comissão Europeia, n.d.).

Mais uma vez, a Comissão Europeia centrar-se-á em domínios políticos relacionados com a prioridade de ter uma Europa mais forte no mundo. Os domínios políticos podem ser consultados no quadro 4 abaixo.

Domínio de intervenção	Descrição
A política de desenvolvimento da União Europeia	Criação de parcerias internacionais para uma mudança global sustentável
Parceria África-UE	Reforçar a cooperação entre África e a União Europeia através de parcerias em cinco domínios fundamentais
Bairro europeu	Reforçar a prosperidade, a estabilidade, a segurança e a cooperação a nível regional
Alargamento da União Europeia	Investir na paz, na segurança e na estabilidade na Europa
Ajuda humanitária e proteção civil	Assistência aos países e populações afetados em caso de catástrofes ou emergências humanitárias
A União Europeia e a cooperação internacional baseada em regras	Definir e defender as prioridades e os valores da União Europeia na cena mundial no âmbito do sistema multilateral
Segurança e defesa	Uma União Europeia mais forte em matéria de segurança e defesa

Política comercial	A União Europeia ajuda as empresas a tirar o máximo partido das oportunidades globais para garantir riqueza, competitividade leal e investimento
Relações com parceiros em todo o mundo	Centra-se nas relações da União Europeia com países e regiões terceiros

Quadro 4. Domínios de intervenção para uma Europa mais forte no mundo (Comissão Europeia, n.d.).

Promover o nosso modo de vida europeu

A quinta prioridade da Comissão Europeia é a promoção do modo de vida europeu. Isto implica a defesa do Estado de direito e o combate a todas as formas de discriminação. Pense na discriminação baseada no género, na etnia, na religião ou no estatuto socioeconómico (Comissão Europeia, n.d.).

A União Europeia tem de proteger e defender a justiça e os valores fundamentais mencionados anteriormente (Comissão Europeia, n.d.). De acordo com a Comissão Europeia, promover o modo de vida europeu significa também valorizar a diversidade do património cultural e linguístico na Europa, mas também os jogos nacionais, as tradições, os festivais, a arte, a música e o vestuário e os têxteis tradicionais (Comissão Europeia, n.d.). A visão atual da União Europeia, liderada pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, baseia-se no Estado de direito e centra-se na igualdade, na tolerância e na justiça social. As ameaças ao Estado de direito podem causar problemas à base jurídica, política e económica da União Europeia, pelo que devem ser evitadas (Comissão Europeia, n.d.). A Comissão Europeia (n.d.) afirma que irá lançar um Mecanismo Europeu para o Estado de Direito, no âmbito do qual deverá apresentar anualmente um relatório sobre a situação do Estado de Direito na União Europeia.

Para esta prioridade, a Comissão Europeia também tem áreas políticas nas quais se concentrará para promover o modo de vida europeu. Estas políticas podem ser consultadas no quadro 5 infra.

Domínio de intervenção	Descrição
Proteção do cliente	Proteger e capacitar os consumidores, reforçando a segurança dos bens, serviços e alimentos e garantindo o cumprimento das regras de consumo na União Europeia
Educação e formação	Apoiar a educação na Europa através de várias iniciativas e oferecer um fórum de cooperação em domínios como a política escolar, a formação profissional, o ensino superior e a educação de adultos.

União Europeia da Saúde	É criada uma União Europeia da Saúde, na qual os Estados-Membros da UE respondem em conjunto às crises sanitárias. Além disso, a União Europeia da Saúde deve garantir que os doentes recebam os melhores cuidados possíveis para doenças como o cancro, por exemplo.
União Europeia de Segurança	Trabalhar com as agências da União Europeia, bem como com os Estados-Membros, para dar uma resposta eficaz à luta contra o terrorismo, a radicalização, o crime organizado e as ciberameaças
Direitos fundamentais	Lutar contra a discriminação e promover a igualdade entre homens e mulheres. Nomeadamente, através da salvaguarda do Estado de direito e dos direitos fundamentais
Cooperação judiciária	pôr termo a crimes como o contrabando, o tráfico e a corrupção, criando um espaço europeu de justiça através da ligação entre os diferentes sistemas jurídicos nacionais
Novo pacto sobre migração e asilo	Uma nova política de migração na Europa
Estatísticas sobre a migração para a Europa	Dados estatísticos relativos à imigração, aos refugiados e aos requerentes de asilo na União Europeia
Estado de direito	O Estado de direito assegura os direitos e valores fundamentais, permite a aplicação da legislação da UE e apoia um ambiente empresarial favorável ao investimento

Quadro 5. Domínios políticos para promover o modo de vida europeu (Comissão Europeia, n.d.).

Um novo impulso para a democracia europeia

A última prioridade da Comissão Europeia para o período de 2019 a 2024 diz respeito a um novo impulso para a democracia europeia, que inclui o fomento, a proteção e o reforço da democracia na Europa. Como mencionado anteriormente neste guia, a democracia é um dos valores da União Europeia. Em 2019, durante as eleições europeias, registou-se uma afluência às urnas recorde, o que demonstra a vitalidade da democracia europeia (Comissão Europeia, n.d.). A Comissão Europeia (n.d.), no entanto, argumenta que os europeus precisam de um papel mais forte no processo de tomada de decisão e de um papel mais ativo na definição de prioridades na União Europeia. A Comissão Europeia afirmou que uma conferência sobre o futuro da Europa permitirá que os cidadãos tenham uma palavra a dizer sobre o que é importante para a União Europeia.

A democracia na Europa não deve ser considerada como um dado adquirido. Está constantemente a ser ameaçada pela desinformação e pelas mensagens de ódio em linha,

pelo que deve ser protegida de interferências externas (Comissão Europeia, n.d.). Para proteger a democracia, a Comissão Europeia irá melhorar a sua parceria com o Parlamento Europeu, garantindo a sua participação em todas as fases das negociações internacionais, bem como no processo legislativo (Comissão Europeia, n.d.). Além disso, o Plano de Ação para a Democracia Europeia foi criado para dar poder aos cidadãos e construir democracias mais resistentes em toda a União Europeia. Este objetivo será alcançado através da promoção de eleições livres e justas, do reforço da liberdade dos meios de comunicação social e do combate à desinformação (Comissão Europeia, n.d.).

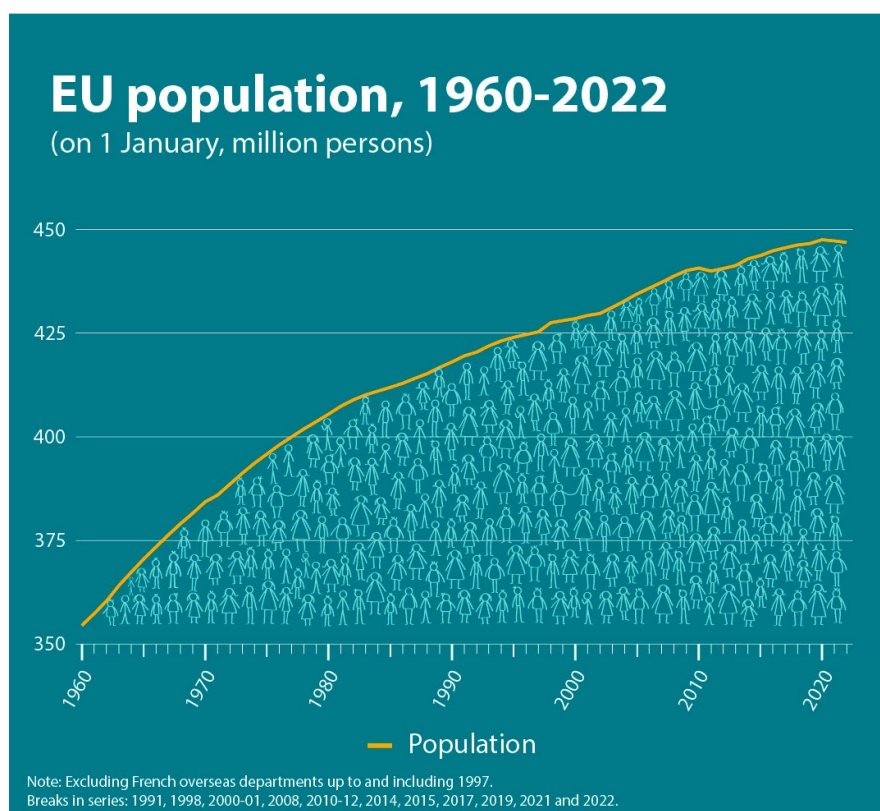
Há um domínio político em que a Comissão Europeia se concentra no que diz respeito à prioridade de um novo impulso para a democracia europeia. Este domínio político pode ser consultado no quadro 6 infra.

Domínio de intervenção	Descrição
Demografia	A Europa está a atravessar um período de profundas alterações demográficas. O Relatório Demográfico da Comissão Europeia apresenta os principais factores de mudança demográfica e o impacto que estão a ter em toda a Europa.

Quadro 6. Domínios de intervenção para um novo impulso à democracia europeia (Comissão Europeia, n.d.).

Cidadania ativa na União Europeia

No dia 1 de novembro de 1993, os cidadãos de todos os Estados-Membros da União Europeia adquiriram um novo estatuto jurídico, nomeadamente o de “cidadãos da União Europeia” (Comité Económico e Social Europeu, 2021). Como mencionado anteriormente, este foi também o dia em que a Comunidade Europeia se tornou oficialmente a União Europeia. De acordo com uma infografia do Eurostat (2022), que pode ser vista na figura 2 abaixo, a União Europeia tem no ano de 2022 uma população de aproximadamente 450 milhões de pessoas. Isto significa que, em 2022, existem também quase 450 milhões de pessoas com o estatuto jurídico de cidadãos da União Europeia.



ec.europa.eu/eurostat

Figura 2. População da UE de 1960 a 2022 (Eurostat, 2022).

Uma vez que a União Europeia alberga quase 500 milhões de pessoas e se encontra num processo de integração contínua, necessita da participação ativa dos seus cidadãos (DG Educação e Cultura, n.d.). Antes de entrar em pormenores sobre a cidadania europeia ativa e a forma como a União Europeia a promove, é importante saber o que significa o termo “cidadania ativa”. No sítio Web da Comissão Europeia, a cidadania ativa é descrita como um termo abrangente para a aquisição e o exercício de direitos de participação cívica e política. Isto inclui, por exemplo, a cidadania e a residência, a filiação em organizações, o voto, o voluntariado ou a participação em protestos (Comissão Europeia, n.d.).

A Comissão Europeia promove a cidadania europeia ativa e, por isso, criou um programa denominado “Programa Europa para os cidadãos”. Este programa tem por objetivo reunir pessoas de diferentes países da Europa para promover a compreensão mútua e criar um sentimento de pertença à União Europeia. Além disso, o programa promove a emergência de uma identidade europeia em detrimento das identidades locais e regionais competentes. Para atingir estes objetivos, a União Europeia incentiva os cidadãos de diferentes partes da Europa a organizar encontros, intercâmbios e debates (Comissão Europeia, 2012).

Direitos enquanto cidadão europeu

Um cidadão da União Europeia tem o direito de participar ativamente na política da União. Existem várias formas de participação ativa; um exemplo pode ser a iniciativa de cidadania europeia. Ao participar na iniciativa de cidadania europeia, pode ajudar a definir a agenda política da União Europeia. A iniciativa permite que os cidadãos solicitem à Comissão Europeia que prepare legislação sobre questões específicas. Para que a Comissão Europeia a analise, é necessário demonstrar a importância da questão. Só quando a iniciativa tiver atingido um milhão de assinaturas e o limiar mínimo em 7 países da União Europeia é que a comissão decidirá que medidas tomar, se for caso disso (Participar, Interagir, Votar, n.d.).

Na Europa, existem eleições municipais, nacionais e europeias nas quais os cidadãos europeus podem participar. Como já foi referido, o voto faz parte da cidadania ativa. O voto é uma forma simples de os cidadãos participarem na política da União Europeia. Para além de votar, os cidadãos europeus têm o direito de apresentar petições (Participar, Interagir, Votar, n.d.). O objetivo do processo de petição no Parlamento Europeu é garantir que os cidadãos tenham a oportunidade de comunicar com o Parlamento (Parlamento Europeu, n.d.).

Existem também plataformas em linha que os cidadãos podem utilizar para participar ativamente na vida política da União Europeia. Existe, por exemplo, o “Portal Dê a sua opinião”, que pode ser utilizado pelos cidadãos europeus para moldar as políticas da UE, contribuindo para as consultas da União Europeia (Parlamento Europeu, n.d.). Além disso, existe também a plataforma Fit for Future. Esta plataforma é constituída por um grupo de peritos de alto nível composto pelos Estados-Membros, pelo Comité das Regiões, pelo Comité Económico e Social Europeu e por partes interessadas que representam um interesse comum numa variedade de sectores. O objetivo desta plataforma é simplificar a legislação, reduzir os encargos regulamentares e assegurar que a legislação da União Europeia está preparada para o futuro (Comissão Europeia, n.d.). Os cidadãos podem partilhar ideias com a plataforma, apresentando sugestões no sítio Web “Dê a sua opinião: Simplificar!”.

Geminação de cidades

Uma das iniciativas da União Europeia para incentivar a cidadania europeia ativa é a geminação de cidades. Há muito tempo que a geminação de cidades é uma iniciativa importante para desenvolver uma cidadania europeia ativa e um sentimento de identidade partilhada. Já no final da década de 1950, algures após a Segunda Guerra Mundial, foram iniciadas relações de geminação entre cidades alemãs e francesas. Atualmente, existem redes de geminação de cidades em mais de 15 000 cidades de países como a Alemanha, a França, a Bélgica, a Hungria, a Áustria, a Espanha, a Dinamarca, a Eslováquia, a Roménia e a Itália.

As redes de geminação de cidades na Europa estão a criar uma poderosa rede de cidadãos que desempenham um papel crucial na criação de uma União mais unida. A principal razão para tal é o facto de a geminação de cidades levar as pessoas a descobrir mais sobre a vida

de outros cidadãos nos países europeus. Além disso, permite que os cidadãos partilhem experiências e desenvolvam projectos relacionados com a educação, o ambiente, o desenvolvimento económico e a cultura (DG Educação e Cultura, n.d.).

A geminação de cidades teve início pouco depois da Segunda Guerra Mundial, o que ajudou os cidadãos europeus a adquirir uma melhor compreensão mútua. No entanto, a União Europeia de hoje tornou-se mais complexa, o que também tem um impacto na iniciativa de geminação de cidades. Uma diferença entre o presente e o passado é que, no passado, as autoridades locais prestavam contas, por exemplo, aos seus governos regionais e nacionais. No entanto, hoje em dia, mais políticas da UE tocam o nível local e as comunidades encontram-se numa relação mais direta com a União Europeia (DG Educação e Cultura, n.d.).

Para a União Europeia, é muito importante que as redes de geminação de cidades sejam bem sucedidas, uma vez que estas redes podem ser diretamente úteis e benéficas para as organizações e pessoas envolvidas. Além disso, quando os participantes nos projectos de geminação de cidades falam positivamente da sua experiência à família, aos amigos e aos colegas, isso pode inspirar mais cidades e municípios a iniciarem as suas próprias redes. Esta publicidade boca a boca poderá motivar mais europeus a começarem a tornar-se ativos na sua cidadania europeia.

É importante que não se confie apenas na publicidade boca-a-boca, mas que a promoção e a sensibilização planeadas, bem como a divulgação e a exploração dos resultados, sejam componentes cruciais para o êxito de qualquer projeto. A fim de otimizar o efeito da geminação de cidades, é necessário encontrar a melhor forma de promoção para cada iniciativa (DG Educação e Cultura, n.d.).

Em 2022, a Comissão Europeia disponibilizou 11 milhões de euros para projetos trans-nacionais que promovem o intercâmbio entre cidadãos de municípios de diferentes países, incluindo projetos de geminação de cidades. Em 2022, a Comissão Europeia concentrou-se especificamente nos seguintes objetivos para redes de geminação de cidades.

- A riqueza do ambiente cultural e linguístico na Europa
- Reforçar a dimensão europeia e democrática do processo de decisão da UE
- Reforçar o processo de integração europeia através da solidariedade
- Debater o futuro da Europa
- Apoiar a realização de eleições livres e justas na Europa, em especial tendo em vista as eleições europeias de 2024
- Refletir sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas comunidades locais.

Programa Erasmus+

A União Europeia criou o programa Erasmus+ para apoiar a educação, a formação, a juventude e o desporto na Europa e para incentivar a cidadania ativa. O orçamento do

programa Erasmus para o período de 2021 a 2027 está estimado em cerca de 26 mil milhões de euros. Em comparação com o financiamento do programa de 2014 a 2020, o orçamento atual é quase o dobro do anterior.

O programa apoia atividades e prioridades definidas no Espaço Europeu da Educação, no Plano de Ação para a Educação Digital e na Agenda de Competências para a Europa. No entanto, o programa apoia o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e implementa a Estratégia da UE para a Juventude de 2019 a 2027. Além disso, também desenvolve a dimensão europeia no desporto (Comissão Europeia, n.d.).

De acordo com a Comissão Europeia (2021), o programa de mobilidade Erasmus+ tem efeitos positivos, por exemplo, no desenvolvimento educacional, social, pessoal e profissional. Os efeitos positivos do programa podem ser vistos de várias formas. A Comissão Europeia argumenta que aumentar os conhecimentos, as competências e as atitudes, melhora a empregabilidade, ajuda a criar confiança e independência, estimula a curiosidade e a inovação. Além disso, também promove a compreensão de outras pessoas e constrói um sentimento de pertença europeia (Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura, 2021).

O objetivo geral do programa Erasmus+ é apoiar, através da aprendizagem ao longo da vida, o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal das pessoas nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto, na Europa e não só. Tal deverá contribuir para o crescimento sustentável, o emprego de qualidade e a coesão social, impulsionando simultaneamente a inovação e reforçando a identidade europeia e a cidadania ativa.

Para além dos objetivos gerais, o programa tem também três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico consiste em promover a mobilidade individual e colectiva para fins de aprendizagem, bem como a cooperação, a qualidade, a inclusão e a equidade, a excelência, a criatividade e a inovação ao nível das organizações e das políticas no domínio da educação e da formação. O segundo objetivo específico é promover a mobilidade da aprendizagem não formal e informal e a participação ativa dos jovens, bem como a cooperação, a qualidade, a inclusão, a criatividade e a inovação ao nível das organizações e das políticas no domínio da juventude. O último objetivo específico do programa é promover a mobilidade para fins de aprendizagem do pessoal desportivo, bem como a cooperação, a qualidade, a inclusão, a criatividade e a inovação ao nível das organizações desportivas e das políticas desportivas (Comissão Europeia, n.d.).

Em geral, o programa Erasmus+ dá prioridade à inclusão social, bem como às transições ecológica e digital. Além disso, coloca uma forte ênfase na promoção da participação dos jovens na vida democrática e, portanto, na cidadania ativa. Nos parágrafos seguintes do presente relatório, será dada mais informação sobre a forma como a União Europeia se centra na inclusão social, na transição digital e na transição ecológica.

Inclusão e diversidade

Para os anos de 2021 a 2027, o programa visa aumentar a qualidade das suas ações, bem como garantir a igualdade de oportunidades. No que diz respeito à garantia da igualdade de oportunidades, serão abrangidas pessoas de diferentes idades e de diferentes origens culturais, sociais e económicas. Além disso, o programa centrar-se-á nas pessoas que têm menos oportunidades ou potenciais barreiras. Alguns exemplos dessas barreiras serão explicados na tabela 7 abaixo.

Barreira	Explicação
Deficiências	Isto inclui deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que podem impedir a participação plena e efetiva de alguém na sociedade.
Problemas de saúde	Problemas de saúde, como doenças graves e doenças crónicas, podem criar obstáculos e impedir as pessoas de participar no programa Erasmus+
Obstáculos ligados à educação e à formação	As pessoas que têm dificuldade em participar nos sistemas de educação e formação podem deparar-se com obstáculos. Neste grupo podem estar, por exemplo, pessoas que abandonaram precocemente o ensino ou adultos pouco qualificados. No entanto, este grupo pode também incluir pessoas que enfrentam obstáculos devido à estrutura dos currículos que dificulta a realização de uma mobilidade para fins de aprendizagem ou formação no estrangeiro como parte dos seus estudos.
Barreiras económicas	Há muitos exemplos de barreiras devido a desvantagens económicas, por exemplo, baixos níveis de vida, baixos rendimentos, estudantes que precisam de trabalhar para se sustentarem, dependência de sistemas de segurança social, desemprego de longa duração, pobreza, falta de abrigo, dívidas ou outros problemas financeiros.
Discriminação	Poderão existir barreiras devido a discriminação relacionada com o género, a idade, a etnia, a religião, as crenças, a orientação sexual ou a deficiência.
Barreiras geográficas	As barreiras podem também ser criadas devido à geografia. Por exemplo, as pessoas que vivem em zonas remotas ou rurais podem deparar-se com barreiras. Mas também as pessoas que vivem em ilhas, em zonas com menos serviços ou em zonas menos desenvolvidas podem enfrentar barreiras.

Diferenças culturais	As diferenças culturais podem afetar pessoas de todas as origens, embora possam ter mais impacto nos indivíduos com menos oportunidades. A exposição a línguas estrangeiras e a diferenças culturais durante a participação no programa Erasmus+ pode desmotivar as pessoas e limitar os benefícios da sua participação. Esta barreira é particularmente comum para pessoas com antecedentes de migração ou refugiados, pessoas pertencentes a um grupo nacional ou étnico minoritário e utilizadores de linguagem gestual.
----------------------	---

Tabela 7. Explicação das potenciais barreiras que podem dificultar a participação no programa Erasmus+ (Comissão Europeia, n.d.).

Erasmus+ digital

Com base nas atividades e prioridades estabelecidas no Plano de Ação para a Educação Digital, o programa Erasmus+ desenvolverá uma aprendizagem acessível e de elevada qualidade. O Serviço das Publicações da União Europeia (2021) afirma que as ações de mobilidade do programa proporcionarão mais oportunidades para adquirir e desenvolver competências digitais devido a iniciativas como o programa de estágios Oportunidade Digital. Especialmente após a pandemia de COVID-19, tornou-se claro o quão importante pode ser a educação digital. Por isso, a União Europeia quer apoiar o desenvolvimento de tecnologias digitais para o ensino e a aprendizagem, a fim de desenvolver competências digitais para todos (Comissão Europeia, n.d.).

Como mencionado anteriormente, o programa Erasmus+ apoiará o Plano de Ação para a Educação Digital. Para tal, contribuirá para as duas primeiras prioridades estratégicas do Plano de Ação. A primeira prioridade estratégica é o desenvolvimento de um ecossistema de educação digital de elevado desempenho. Para o efeito, desenvolverá uma capacidade e uma compreensão crítica em todos os tipos de diferentes sistemas de educação e formação. Além disso, centrar-se-á na forma de utilizar as tecnologias digitais para o ensino e a aprendizagem e visa desenvolver e aplicar planos de transformação digital das instituições de ensino.

A segunda prioridade estratégica do plano de ação visa a criação de uma plataforma europeia de educação digital. De acordo com a Comissão Europeia (2022), o principal objetivo deste plano é reforçar a cooperação em matéria de educação digital a nível da UE e contribuir para o intercâmbio de boas práticas, a co-criação e a experimentação. Através de um desenvolvimento mais ágil das políticas e práticas no domínio da educação digital, a plataforma europeia para a educação digital deve ligar as autoridades nacionais, os investigadores, os peritos, o sector privado, os prestadores de educação e formação, bem como a sociedade civil. O Plano de Ação para a Educação Digital é estabelecido para o período de 2021 a 2027. Isto significa que está apenas no início e que ainda faltam muitos anos para alcançar as estratégias previstas no plano de ação.

Um Erasmus+ verde

Para apoiar o Pacto Ecológico Europeu, o programa Erasmus+ incentivará os participantes no Erasmus+ a utilizarem transportes com menos emissões de carbono, como comboios ou autocarros, em alternativa ao avião. A Comunicação sobre o Pacto Ecológico Europeu é uma das novas estratégias de crescimento da Europa e reconhece a importância do papel das instituições de ensino e formação no envolvimento dos alunos, dos pais e da comunidade em geral nas mudanças necessárias para nos tornarmos neutros em termos climáticos até 2050 (Comissão Europeia, n.d.). Parte do programa Erasmus+ é sensibilizar os participantes para a sustentabilidade e a ação climática, para que os cidadãos europeus adquiram as melhores competências do mundo necessárias para criar sociedades, estilos de vida e economias sustentáveis (Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura, 2021).

De acordo com a Comissão Europeia (2022), o programa aumentará o número de oportunidades de mobilidade viradas para o futuro no que respeita à sustentabilidade e às alterações climáticas. Os projetos prospetivos são projetos de grande escala que têm como objetivo identificar, desenvolver, testar e/ou avaliar abordagens inovadoras (Forward-looking Projects, n.d.). O aumento destes projetos deve promover o desenvolvimento de competências, melhorar as perspetivas de carreira e envolver os participantes em áreas estratégicas para o crescimento sustentável, com especial atenção para o desenvolvimento rural. No entanto, o programa Erasmus+ deve esforçar-se por alcançar a neutralidade carbónica em conformidade com o Pacto Ecológico Europeu e, por conseguinte, deve promover o transporte sustentável para os seus participantes, bem como um comportamento ambientalmente responsável (Comissão Europeia, 2022).

O ambiente e a luta contra as alterações climáticas tornar-se-ão uma prioridade máxima no que diz respeito à seleção de projetos. O programa Erasmus+ incentiva a utilização de práticas inovadoras para tornar os participantes verdadeiros actores da mudança. A Comissão Europeia (2022) afirma que o programa apoia várias ações sustentáveis, como a poupança de recursos, a redução do consumo de energia, a redução dos resíduos e da pegada de carbono, bem como a opção por escolhas alimentares e de viagem sustentáveis. Além disso, será dada prioridade a projectos que possam mudar o comportamento individual em relação à sustentabilidade e que apoiem o envolvimento ativo no desenvolvimento sustentável.

Oportunidades do programa Erasmus+

De 2021 a 2027, espera-se que cerca de 10 milhões de pessoas participem em atividades de mobilidade no estrangeiro no âmbito do Erasmus+. Estas pessoas serão estudantes, aprendizes, professores, docentes e formadores (Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura, 2021). A Comissão Europeia afirma no seu sítio Web que os cidadãos europeus precisam de estar melhor equipados com os conhecimentos, as aptidões e as competências necessárias numa sociedade em mudança dinâmica que é cada vez mais móvel, multicultural e digital. Além disso, menciona que passar algum tempo noutro país para estudar, aprender ou trabalhar deve tornar-se a norma, e a oportunidade de aprender duas outras línguas para além da língua materna deve ser oferecida a todos (Comissão Europeia, n.d.).

Ir para o estrangeiro no âmbito do programa Erasmus+ permitirá aos participantes ganhar autoconfiança e competências transversais, bem como descobrir diferentes culturas e criar redes com pessoas de diferentes países. Estas redes podem ser tanto interpessoais como profissionais.

O programa Erasmus+ não beneficia apenas os participantes, mas também a União Europeia. A razão para isso é que o programa pode levar a mais emprego e à participação ativa dos cidadãos. Além disso, o programa Erasmus+ contribui para uma maior inclusão social e uma identidade europeia mais forte (Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura, 2021).

O programa Erasmus+ e a cidadania ativa

De acordo com a Comissão Europeia (2022), o programa Erasmus+ está a fazer face à participação limitada dos cidadãos nos processos democráticos da União Europeia e à falta de conhecimentos sobre a União. O programa procura ajudar os cidadãos a ultrapassar as dificuldades em se envolverem e participarem ativamente nas suas comunidades, bem como na vida política e social da União Europeia. Reforçar a compreensão da União Europeia pelos cidadãos desde tenra idade é de grande importância para o futuro da União. A educação não formal pode, tal como a educação formal, ajudar a aumentar a compreensão dos cidadãos sobre a União Europeia e pode criar um sentimento de identidade e pertença europeias (APA: (Comissão Europeia, n.d.).

Participantes nas atividades Erasmus+

Normalmente, o programa Erasmus+ chega aos potenciais participantes através de organizações, instituições, organismos ou grupos que organizam projetos Erasmus+. Uma vez que há muitas partes envolvidas na procura de indivíduos para participarem no programa, não há apenas requisitos para os participantes, mas também para as chamadas “organizações participantes”. As organizações de participação incluem, por exemplo, grupos informais, associações / organizações não governamentais. Tanto para os participantes

como para as organizações participantes, os requisitos de participação dependem do país em que se está estabelecido (Comissão Europeia, 2022).

Em geral, as pessoas ou organizações que pretendam participar em projectos Erasmus+ devem estar estabelecidas num Estado-Membro da União Europeia ou num país terceiro associado ao Programa Erasmus+. O quadro 2 apresenta uma visão geral dos atuais 27 Estados-Membros da União Europeia. No quadro 3, por outro lado, podem ver-se os seis países terceiros associados ao programa Erasmus+. Estes seis países estão associados ao programa nos termos do artigo 16º do Regulamento Erasmus+ e pertencem a diferentes grupos. O primeiro grupo é constituído pelos membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e o segundo grupo pelos países em vias de adesão, países candidatos e potenciais candidatos.

Estados-Membros da União Europeia			
Áustria	Bélgica	Bulgária	Croácia
Chipre	República Checa	Dinamarca	Estónia
Finlândia	França	Alemanha	Grécia
Hungria	Irlanda	Itália	Letónia
Lituânia	Luxemburgo	Malta	Países Baixos
Polónia	Portugal	Roménia	Eslováquia
Eslovénia	Espanha	Suécia	

Quadro 8. Estados-Membros da União Europeia (Governo do Reino Unido, 2015).

Países terceiros associados ao Programa Erasmus+	
<i>Membros da EFTA:</i>	<i>Países em vias de adesão, países candidatos e potenciais candidatos:</i>
Noruega	Macedónia do Norte
Islândia	Turquia
Liechtenstein	Sérvia

Tabela 9. Países terceiros associados ao programa Erasmus+ (Comissão Europeia, 2022).

Cidadania ativa para as crianças

Tal como descrito nos capítulos anteriores, os jovens têm muitas oportunidades na Europa para agir como cidadãos ativos, por exemplo, através da participação no programa Erasmus+. No entanto, para algumas idades, não é possível participar neste programa. Além disso, muitos cidadãos mais jovens ainda não têm direito de voto e, por conseguinte, também não podem participar ativamente na União Europeia por esta via (Nowicka, 2021). O Corpo Europeu de Solidariedade, juntamente com o European Footprints, apresentou

uma infografia sobre a forma como os jovens ainda podem tornar-se cidadãos europeus ativos. A infografia mostra dezasseis formas de as crianças e os adolescentes se tornarem cidadãos ativos se forem demasiado jovens para votar e pode ser vista na figura 3 abaixo.



Figura 3. Dezasseis formas de ser um cidadão europeu ativo quando se é demasiado jovem para votar (Nowicka, 2021).

Participação dos jovens

Os jovens são um membro importante da nossa sociedade, mas por vezes não são considerados quando se trata de tomar decisões. Assim, a participação dos jovens refere-se ao seu envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão que afetam as suas vidas, as suas comunidades e a sociedade como um todo.

As Nações Unidas reconheceram a participação como um direito fundamental, sendo um dos princípios orientadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pode parecer difícil de pôr em prática ou complexo de gerir, mas pode assumir várias formas e algumas são mais simples do que outras de promover. Os exemplos mais comuns são a participação em conselhos escolares, organizações lideradas por jovens, trabalho voluntário, serviço comunitário, ativismo social e envolvimento político.

Através da participação ativa, os jovens são capacitados para desempenhar um papel vital no desenvolvimento de uma sociedade saudável e vibrante. Assumindo esta posição, são encorajados a aprender competências vitais para a vida, como a liderança e a comunicação, e a desenvolver conhecimentos sobre direitos humanos e cidadania. No entanto, para participarem com êxito, os jovens devem dispor dos instrumentos corretos, como a informação, a educação e o acesso aos seus direitos civis.

Esta é a única forma de garantir que as suas perspectivas e preocupações também são consideradas quando são tomadas decisões que afetam as suas vidas e o seu futuro. Por conseguinte, a participação dos jovens é um meio de promover a inclusão social e política e, ao capacitar os jovens, podemos promover uma maior equidade e justiça social. Uma sociedade democrática e participativa só existe com democracia e participação.

Importância da participação dos jovens

Como já foi referido, a participação dos jovens é benéfica para o seu desenvolvimento por várias razões. Ao dar-lhes a oportunidade de assumir o controlo das iniciativas e de se envolverem nos processos de tomada de decisão, é mais provável que se sintam valorizados, respeitados, ouvidos e capacitados. Não é que os jovens precisem de razão ou de poder, mas sim da necessidade de serem ouvidos e considerados como membros de um dos grupos mais subestimados da sociedade.

Além disso, o antigo sistema de ensino precisa de evoluir para um sistema multidisciplinar, onde a educação formal e informal seja contemplada, bem como a integração de toda a sociedade no processo. A participação juvenil pode ser tanto uma ferramenta como um resultado deste modelo, ajudando os jovens a desenvolver competências valiosas como a liderança, a comunicação, o trabalho em equipa e a resolução de problemas, essenciais para o crescimento e desenvolvimento pessoal e para o sucesso futuro na educação, no trabalho e na participação cívica.

Agora, mais do que nunca, temos acesso a todos os tipos de informação e atividades desde tenra idade, o que tem um impacto no nosso desenvolvimento. Assim, ao reunir jovens de diversas origens e experiências no mesmo local, podemos criar uma sociedade mais democrática e equitativa, promovendo a inclusão social e política. Ao incentivá-los a dar a sua opinião, não estão apenas a defender a sua posição, mas a ouvir os outros. Isto pode conduzir a resultados individuais positivos, bem como trazer novas perspectivas, ideias inovadoras e soluções criativas para problemas complexos. É uma situação em que todos ganham.

Como os jovens podem mudar o mundo

Por toda a Internet, encontrámos muitos tópicos sobre como mudar o mundo; como os jovens estão capacitados para o fazer, exemplos reais de como o estão a fazer e a sua visão do futuro seguindo o seu caminho. E uma coisa é verdade: passo a passo, estão a fazê-lo com sucesso.

Basicamente, o futuro está nas mãos dos jovens. Isso é um dado adquirido, mas eles não o farão sozinhos. Eles são parte da solução: com a orientação correta e espaço para implementar novas e boas ideias, podem conseguir uma verdadeira mudança. O desafio é maior do que capacitá-los, eles precisam de ser orientados e encaminhados na direção certa.

No entanto, o futuro está rodeado de incertezas. Depois de tantas más ações tomadas e das consequências imprevisíveis, é difícil saber o resultado e como revertê-lo. Por isso, o mundo precisa de pessoas criativas e inovadoras - uma definição de juventude. São muito otimistas quanto às suas capacidades de fazer a diferença e não têm medo de correr riscos que lhes tragam novos horizontes para experimentar novas ideias.

Para mudar o mundo é preciso estar consciente das questões relevantes que afetam um futuro sustentável e os jovens querem ter um impacto nesse sentido. Procuram continuamente formas de ajudar as comunidades, o ambiente e de alertar as pessoas à sua volta para este grande problema que afecta todos. Com a globalização e os avanços tecnológicos, o mundo está apenas a um clique de distância, o que lhes permite estabelecer ligações ilimitadas e partilhar as ideias que têm muito rapidamente.

Como agentes de mudança, os jovens precisam de ser capacitados e motivados. A educação é fundamental e apoiará as competências que já possuem enquanto solucionadores de problemas. Eles têm as ideias, a criatividade e a determinação para moldar um futuro diferente. O objetivo é apenas tornar o mundo um lugar melhor para eles próprios, para a geração mais velha e, acima de tudo, para a próxima geração.

O trabalho com jovens pode assumir muitas formas diferentes, dependendo das necessidades dos jovens e dos objetivos do programa. Alguns exemplos comuns de trabalho com jovens incluem programas pós-escolares, programas de tutoria, clubes e organizações de jovens e iniciativas de emprego para jovens.

O que é o Trabalho com Jovens? E a sua importância?

A animação juvenil é um pilar fundamental para o desenvolvimento integral deste sector da população. Esta tarefa eminentemente formativa e educativa é um veículo essencial para a troca de conhecimentos e experiências, facilitando assim o crescimento pessoal e coletivo dos jovens. A importância deste trabalho reside na sua capacidade de promover a aprendizagem mútua, em que tanto os jovens como os técnicos de juventude podem enriquecer-se através da partilha de conhecimentos.

No contexto atual, os jovens procuram constantemente alargar os seus horizontes pessoais, sociais e educativos. A descoberta precoce da auto-identidade e a aquisição de ferramentas para lidar com diferentes situações da vida estão a tornar-se aspectos cruciais do seu desenvolvimento. A educação não formal está a emergir como um complemento vital do sistema educativo tradicional, oferecendo espaços de aprendizagem alternativos, mais acessíveis e adaptáveis às necessidades específicas dos jovens fora do quadro da educação formal. Instituições como a União Europeia reconheceram o valor destas modalidades educativas e apoiam iniciativas que promovem a aprendizagem não formal e informal.

O trabalho com jovens é materializado através de várias plataformas e organizações dedicadas à juventude, incluindo espaços especificamente concebidos para o desenvolvimento e apoio dos jovens. Atividades como os intercâmbios de jovens e os cursos de formação destinam-se a participantes de uma vasta gama etária e promovem o voluntariado como porta de entrada para a aprendizagem e o envolvimento social. Esta forma de trabalho centra-se na preparação dos jovens para o futuro, dotando-os das aptidões e competências necessárias para uma integração ativa e consciente na sociedade.

A participação em programas de trabalho com jovens ou de educação não só dota os jovens de conhecimentos e competências práticas, como também promove a autoconsciência, a autoconfiança, a capacidade de correr riscos, de lidar com situações diferentes e de partilhar experiências com os outros. O Monitor da Juventude destaca-se como um catalisador da mudança, capaz de transformar vidas ao capacitar os jovens para se tornarem mais ativos nas suas comunidades e promoverem melhorias no seu ambiente.

Reconhecendo a importância da voz dos jovens e da educação não formal, o Conselho da Europa criou uma Divisão da Juventude. Esta unidade procura assegurar que as perspectivas e necessidades dos jovens sejam ouvidas e valorizadas, e sublinha o papel crucial da educação não formal e informal no panorama educativo atual. Esta abordagem holística do trabalho com jovens sublinha a necessidade de um investimento contínuo no desenvolvimento de políticas e programas que respondam às exigências e aos desafios enfrentados pelos jovens na sociedade atual.

Justiça climática

As alterações climáticas não terão um impacto igual na sociedade. Ricos e pobres, homens e mulheres, gerações mais velhas e mais novas e, sobretudo, entre países, as consequências serão diferentes. Justiça climática trata-se de considerar uma forte relação entre os efeitos ambientais diretos das alterações climáticas e os conceitos de justiça social para as pessoas afetadas pelas questões climáticas, nomeadamente no que diz respeito à igualdade, aos direitos humanos e à reparação histórica do Norte Global em direção ao Sul Global. países, pois estão a ser mais afectados pelas alterações climáticas e contribuíram menos para que isso acontecesse. (UN Environment Programme, 2024)

A fim de atenuar esta disparidade, as pessoas estão a tornar-se mais conscientes da justiça climática e este tema representa um dos próximos passos mais importantes na guerra contra as alterações climáticas.

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, afirmou que “as alterações climáticas estão a acontecer agora e a todos nós. Nenhum país ou comunidade está imune. E, como sempre acontece, os pobres e vulneráveis são os primeiros a sofrer e os mais afectados”. A última parte deste discurso centra-se no problema que muitas vezes ninguém quer ver: quão injusto pode ser quando, mesmo contribuindo minimamente, as comunidades mais pobres são as que sofrem e esperam continuar a ser as mais afectadas.

Falar de justiça climática é aceitar que as alterações climáticas são reais, que têm inúmeros efeitos negativos no mundo e, sobretudo, nos grupos vulneráveis, e que é necessário fazer alguma coisa em matéria de direitos humanos.

Há muito trabalho a fazer no que diz respeito a suportar os custos das más decisões e ações que foram tomadas até agora. É uma questão de justiça e de responsabilidade. Não podemos fechar os olhos aos sinais e ao que aprendemos com os dados do passado. Se há provas sobre quem tem mais responsabilidades nesta matéria e quem é mais suscetível de sofrer efeitos negativos graves (e não são os mesmos), algo tem de ser feito.

Sempre que a justiça climática é referida, é uma vitória para os direitos humanos.

Trabalho com jovens, ambiente e justiça climática

A forma mais comum de encorajar outras pessoas a fazer algo é partilhar as experiências vividas. A maioria das pessoas que trabalha com trabalho com jovens e justiça climática diz que se juntou à causa porque ouviu falar de alguém que também participou.

As alterações climáticas são um tema polémico. Algumas pessoas ainda não acreditam na sua existência, outras lutam para as combater. As alterações climáticas podem ser tratadas com pequenos gestos na comunidade, por exemplo, o simples ato de reciclar.

Quando implementamos hábitos desde tenra idade, é mais provável que se tornem permanentes para o resto das nossas vidas. É por isso que é tão importante saber que quanto

mais cedo melhor. Quando éramos jovens, tínhamos tendência para prestar mais atenção às opiniões dos outros. É por isso que é tão importante contactar com pessoas novas.

Atualmente, aprendemos através das redes sociais, nas escolas e ouvindo outras opiniões. É muito importante ser seletivo na informação que absorvemos porque muita dela não é fiável.

Temos de começar a pensar nas próximas gerações, porque elas vão ficar extremamente doentes com a poluição do ar e do mar. As nossas ações individuais farão a diferença nas nossas comunidades. As pessoas querem seguir um padrão e fazer isto para o manter ou simplesmente porque nunca pensaram em fazer isto antes.

Até António Guterres, numa reunião em Lisboa, disse uma vez: “Sinto-me inspirado pela energia e pelo empenho dos jovens activistas do clima...” e disse também “A vossa geração será essencial agora para liderar o amanhã, para conseguir gerir e inverter esta tendência e salvar o planeta”. É urgente atuar e fazer algo para inverter a situação. Temos também o apoio dos Secretários-Gerais da ONU e da UE.

As Nações Unidas criaram objetivos de desenvolvimento sustentável a atingir até 2030, que são:

1. Sem pobreza;
2. Fome zero;
3. Boa saúde e bem-estar;
4. Educação de qualidade;
5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento básico;
7. Energia acessível e limpa;
8. Trabalho digno e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infra-estruturas;
10. Redução das desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis;
13. Ação climática;
14. Vida debaixo de água;
15. Vida na terra.
16. Paz, justiça e instituições fortes;
17. Parcerias para os objetivos.

Alguns dos objetivos não estão diretamente relacionados com o ambiente mas, de alguma forma, estão ligados. Por exemplo, uma pessoa com uma educação qualificada alcançará conhecimento e cuidará do planeta.

Fazendo a parceria para este projeto, Portugal, Espanha e Itália estão comprometidos com o 17º objetivo.

O trabalho com jovens e o ecossistema

Como dissemos anteriormente, os jovens são os futuros administradores do nosso planeta, serão responsáveis por manter a saúde e o bem-estar do ambiente enquanto puderem.

Trabalhar como técnico de juventude dá-lhes os conhecimentos e as competências necessárias para se tornarem defensores do ambiente, o que também ajuda a estabelecer uma ligação com o ambiente. Com esta ligação, os jovens sentir-se-ão mais motivados para proteger o seu planeta.

Atualmente, enfrentamos desafios como a poluição, a destruição do habitat e as alterações climáticas. Os técnicos de juventude podem capacitar as pessoas para se tornarem líderes ambientais e ajudar a construir um futuro sustentável para todos nós.

Os técnicos de juventude têm um papel crucial a desempenhar na proteção do ambiente e na promoção da sustentabilidade. Podem fazê-lo através da educação ambiental, de workshops, de visitas de estudo e outros; de projectos amigos do ambiente nas suas comunidades, como hortas comunitárias, iniciativas de reciclagem, campanhas de limpeza, apelo à utilização de transportes públicos; desenvolvendo as suas carreiras procurando sempre o melhor para a empresa, mas também o melhor para o planeta. Outra forma de fazer a diferença é falar primeiro com o governo local e depois com o governo principal.

Na sua maioria, os técnicos de juventude têm um estilo de vida sustentável e, apenas com os seus hábitos, podem criar um impacto noutras pessoas.

Jovens que influenciam os decisores

O processo de tomada de decisões é, na maioria dos casos, levado a cabo por autoridades poderosas sem considerar uma visão completa de todas as necessidades dos diferentes grupos da sociedade. A democracia tem de funcionar para todos.

Normalmente, as minorias e os jovens não têm lugar nestes órgãos de decisão e sentem que as suas opiniões e ideias não interessam. Têm de viver sob esse sistema, respeitando e sofrendo as consequências do que decidem, mesmo quando não podem partilhar as suas ideias e influenciar os resultados.

Se antes as pessoas em posições de autoridade tendiam a abusar do seu poder e havia um pressuposto cultural de que os jovens não deveriam confrontar os mais velhos, agora temos de criar um caminho para um tempo em que todos possam partilhar as suas ideias, lutar pelos seus direitos e construir uma sociedade em que todos sejam respeitados.

Por isso, é importante destacar a relevância das parcerias intergeracionais, em que os jovens também podem desempenhar um papel no processo de tomada de decisões. Num tema tão emergente como as alterações climáticas, todos os pontos de vista, informações e sugestões são importantes.

As gerações mais jovens já nasceram numa altura em que os erros estão feitos, a degradação do ambiente agrava-se, mas ainda há tempo para mudar. Até há poucos anos, este tema era tratado como menos importante do que outros temas quentes e não eram tomadas medidas significativas. Felizmente, muita coisa mudou, incluindo o facto de os jovens estarem mais conscientes e a falar sobre o assunto.

Numa altura em que as vozes dos jovens não eram ouvidas pelos políticos, pelo que as suas preocupações nunca eram tidas em conta, surgiram muitas oportunidades no mundo moderno. Ao participarem em campanhas de voluntariado, em fóruns públicos, ao terem uma voz ativa nas redes sociais e nas comunidades locais, os jovens estão habilitados a desempenhar um papel vital na sociedade. Com as ferramentas certas, podem e estão a mudar o mundo.

Dois importantes programas internacionais são o Programa Mundial de Ação para a Juventude das Nações Unidas (WPAY) e a Estratégia da UE para a Juventude da União Europeia. Com eles, duas das mais poderosas organizações internacionais tentam garantir que os jovens participem e sejam ouvidos sobre as suas preocupações e projectos. A nível local, há países que apoiam mais as iniciativas dos jovens do que outros, mas a situação está a melhorar.

A educação pode ser o ponto de partida para as crianças desenvolverem conhecimentos sobre vários temas, incluindo os direitos humanos e as alterações climáticas, e para se tornarem mais conscientes do papel que devem desempenhar na sociedade. Elas precisam de ser ativas, mas de uma forma correcta. É aqui que o governo e as autoridades internacionais fazem a diferença com programas que promovem o desenvolvimento e a participação dos jovens no processo de tomada de decisões.

Como os jovens podem mudar o mundo - o exemplo de Greta

Em todo o mundo, estamos a assistir a um aumento do empenho dos jovens em tomar medidas para mudar o que pode parecer impossível de inverter.

Nos últimos anos, milhões de jovens participaram em grandes manifestações de rua exigindo ação dos governos para abordar seriamente as questões de justiça climática. Para melhor cumprir o seu objetivo, movimentos como Fridays for Future, Extinction Rebellion e

COP26 Coalition no Reino Unido estão a ajudar a mobilizar não só os jovens, mas pessoas de todas as idades em todo o mundo (The London School of Economics and Political Science, 2022).

Um grande exemplo de inspiração é Greta Thunberg, uma jovem ativista climática que move milhões em todo o planeta.

Depois de sentir que algo precisava de ser feito, em agosto de 2018 e com apenas quinze anos de idade, em vez de ir ao início das aulas, Greta dirigiu-se ao centro do governo da Suécia. O que começou como um movimento silencioso e “Greve escolar pelo clima” escrito num cartaz feito à mão, rapidamente se tornou num discurso nas conferências climáticas das Nações Unidas.

Nos anos seguintes, tornou-se conhecida em todo o mundo e representa o impulso para a ação que todos os jovens sentem. Já tinha falado com as autoridades mais poderosas, com responsáveis dos mais altos cargos em todo o mundo. Na sua opinião, o que é realmente necessário é agir, porque “precisamos de esperança - claro que precisamos. Mas a única coisa de que precisamos mais do que de esperança é de ação. Quando começamos a agir, a esperança está em todo o lado”.

Para dar uma melhor compreensão a todo o mundo, com a sua perspetiva, sobre as questões climáticas e algumas soluções, Greta publicou “O livro do clima”. Com factos, gráficos e uma escrita simples, todos podem aprender mais sobre o que está a acontecer e o que pode ser feito. Ainda há tempo para mudar o mundo.

Fridays for Future é um movimento global que começou em agosto de 2018, quando Greta começou a faltar à escola às sextas-feiras para protestar em frente ao parlamento sueco, apelando à urgência de tomar medidas contra as alterações climáticas. A organização organiza protestos, comícios e outros eventos para sensibilizar para a necessidade de agir contra as alterações climáticas, pressionando os governos e as empresas a tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e proteger o planeta para as gerações futuras.

Construir um futuro melhor

As crianças, os adolescentes e os jovens estão agora mais empenhados em ter um impacto positivo no futuro do nosso planeta comum. Hoje em dia, as emergências ambientais, como inundações, temperaturas extremas e um futuro muito incerto, exigem ações e todos, independentemente da idade, condição social e localização, devem investir na mudança dos seus velhos hábitos para hábitos sustentáveis.

O amor pela natureza deveria ser inerente às pessoas e podemos constatar que este sentimento tem vindo a desaparecer ao longo do tempo. Agora, há um trabalho a fazer para o trazer de volta e os jovens assumiram essa tarefa, embora devesse ser feita por todos. No entanto, estão a fazer um trabalho notável para influenciar os decisores, espalhar a mensagem entre os seus pares e fazer trabalho com jovens. Perceberam que, sendo a

geração que sofrerá o maior impacto da trajetória passada e atual, têm de fazer alguma coisa.

É necessário ter em conta que a qualidade de vida está ligada ao ambiente e que todas as decisões têm um impacto sobre este, o que afetará o desenvolvimento da sociedade. Mesmo alguns de nós não sofrerão tanto como as pessoas noutras áreas, especialmente nos países subdesenvolvidos. Os jovens estão mais conscientes do que nunca de que é necessário tomar medidas para procurar um futuro mais sustentável para si próprios e para os que os rodeiam.

Embora estes esforços pareçam pequenos, os jovens estão a ser bem sucedidos ao criarem projectos ecológicos, ao falarem mais alto sobre as questões climáticas, ao aumentarem a sensibilização e ao ajudarem a moldar um futuro sustentável. Qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode fazer a diferença.

História das alterações climáticas

Embora se possa considerar que a preocupação e a consciencialização em relação às alterações climáticas começaram a ganhar força a partir da Revolução Industrial, pode dizer-se que só há cerca de alguns anos é que a maioria da sociedade introduziu o problema ambiental como um problema seu.

Atualmente, é mais comum observar como as famílias tomam medidas favoráveis ao ambiente através da utilização de dispositivos de poupança de energia, sistemas de separação de resíduos, economizadores de água, redução da utilização de plástico, etc.

Se recuarmos 50 anos, embora este tipo de hábitos existisse, não era tão comum como atualmente. Mas em que momento e porquê é que os hábitos favoráveis ao ambiente começaram a ser tidos em conta e postos em prática?

É esse o objetivo deste capítulo. Saiba mais sobre a origem da preocupação com as alterações climáticas e perceba porque é que há pessoas que consideram que esta não é uma realidade, quando está cientificamente provado que o aquecimento global é um problema que nos preocupa a todos.

Ao longo das páginas que se seguem, encontrará muitos dados e informações que contextualizam a origem das alterações climáticas ou, pelo menos, o ponto de viragem em que a nossa sociedade começou a acrescentar este tema às suas preocupações.

Preocupações ambientais numa perspetiva psicológica

É difícil definir concretamente a ideia de preocupação ambiental, mas pode ser considerada como “a inclinação para realizar ações com uma intenção pró-ambiental” (Stern, 2000).

Foram efectuados alguns estudos sobre este conceito e concluiu-se que a preocupação com o ambiente é fortemente influenciada pelos valores gerais da parte da sociedade a que diz respeito. Por outras palavras, a estrutura ambiental está intimamente relacionada com os valores pessoais.

Deste modo, pode dizer-se que as preocupações com o ambiente são organizadas em paralelo com o estilo de vida de uma pessoa. Se uma pessoa se concentra num estilo de vida saudável e pensa conscientemente no mundo vegetal ou animal, é provável que o ambiente seja uma das suas preocupações diárias e que o seu comportamento esteja alinhado com a procura de benefícios para o planeta e não o contrário.

Esta preocupação ambiental atual levará a pessoa a pensar e a agir ecologicamente, reduzindo os hábitos nocivos para o ambiente e promovendo atividades como a reciclagem, a redução dos resíduos, o consumo responsável, o cuidado dos ecossistemas e dos espaços naturais, etc.

É verdade que a maioria da sociedade está cada vez mais a pôr em prática estes comportamentos, e as elevadas percentagens correspondentes à existência desta preocupação estão a incentivar a implementação de regras que visam cuidar melhor do planeta.

Mas porque é que algumas pessoas se preocupam ativamente com o ambiente e outras não? Se fizermos perguntas a pessoas aleatórias sobre questões ambientais, é provável que muitas delas não saibam responder de forma satisfatória. O facto de uma pessoa não agir no sentido de preservar e cuidar do ambiente pode dever-se à falta de informação sobre o assunto e a sua importância.

Assim, pode dizer-se que a preocupação ambiental é afetada por dois fatores: em primeiro lugar, como já foi referido, pelos valores pessoais; e, em segundo lugar, pelo nível de conhecimentos sobre as questões ambientais.

A preocupação ambiental estará, portanto, intimamente relacionada com a atitude e o comportamento do indivíduo na sua vida quotidiana.

Isto implicaria que uma maior educação ambiental geraria uma maior consciência social e, por conseguinte, o cuidado com o ambiente seria uma tarefa prioritária na vida de quase todos os cidadãos. Este seria um poderoso instrumento de transformação social, em que pequenas ações, impulsionadas pelos cidadãos, poderiam alcançar grandes resultados.

Para além das preocupações ambientais, o principal fator que desencadeia toda esta situação é o consumo, que representa 60% de todas as emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE).

Se recuarmos alguns anos, o consumo não era visto como algo potencialmente prejudicial para a sociedade, nem o nível de consumo era tão excessivo como é atualmente. Era visto como algo individual que não ultrapassava o ambiente do consumidor. Hoje está provado que, embora o consumo seja um ato individual, tem repercussões em toda a sociedade e, naturalmente, no ambiente. O fabrico de numerosos produtos exige a extração de recursos

naturais, pelo que um maior consumo exigirá, por sua vez, uma maior produção e, por sua vez, uma maior extração de recursos naturais. Esta extração é, na maioria dos casos, mais rápida do que o tempo que a natureza necessita para voltar a produzir os recursos, provocando uma escassez de recursos.

Não só a sobre-exploração dos recursos naturais para o fabrico de produtos entra em jogo no consumo, como também as fábricas e as grandes indústrias têm uma grande responsabilidade nesta situação. Vários processos de fabrico resultam em ações poluentes, quer porque exigem a utilização de produtos nocivos para a natureza, quer porque o próprio processo envolve práticas poluentes, como a queima de combustíveis.

A resposta a tudo isto é também o aumento dos resíduos. Quanto maior é o consumo, maior é a produção de bens, que por sua vez se transformam em resíduos.

Esses resíduos são regularmente deixados em zonas naturais, chegando ao fundo dos mares e oceanos e aumentando assim a poluição.



Imagem por Dustan Woodhouse em Unsplash

Tudo isto aumentou a sensibilização geral para o ambiente, uma vez que, quer queiramos quer não, todos somos responsáveis pela situação atual.

O estilo de vida e os conhecimentos sobre o ambiente desencadeiam preocupações ambientais, juntamente com conceitos mais genéricos como o nível de educação e de rendimento, o local de residência e a idade.

Por outro lado, se aprofundarmos ainda mais o conceito de preocupação ambiental, podemos identificar os seguintes 7 fatores que o influenciam:

Alarme, tendo em conta a preocupação com as consequências das questões ambientais; preocupação social; conforto, tendo em conta a análise de como são percebidos os comportamentos confortáveis para travar a questão climática; controlo doméstico, como resultado da atitude que cada indivíduo tem em casa que pode ser prejudicial para o ambiente; economia percebida; informação, sobre o facto de estar a acontecer e como agir contra ela e controlo do locus, em relação ao papel da pessoa na crise climática (Berenguer e Corraliza, 2020).

É importante notar que esta não é a única forma de decompor o conceito de preocupação ambiental, mas dependendo da pessoa que o estuda, os conceitos relacionados serão um ou outro, mas em geral são geralmente muito semelhantes entre si.

As conclusões a que se chegou com o estudo de Berenguer e Corraliza foram feitas utilizando duas abordagens: de uma perspetiva sociológica, em que a reação dos indivíduos ao ambiente foi tida em conta de acordo com os seus valores e crenças e, por outro lado, psicometricamente, em que a reação dos indivíduos ao ambiente é considerada um reflexo das dimensões psicológicas do seu próprio comportamento.

Mas, apesar disso, embora os indivíduos estejam preocupados com o ambiente, não pensam nele com frequência e não o tratam como uma questão prioritária. De facto, é visto como uma das suas preocupações menos importantes.

Pode não ser uma preocupação importante porque, em geral, se pensa que as questões ambientais não têm solução. Os cidadãos concentram-se em ações que não prejudiquem o ambiente, mas, ao mesmo tempo, consideram que é muito difícil resolvê-las individualmente, o que pode ser frustrante. Além disso, não consideram que uma das suas principais preocupações esteja relacionada com os efeitos climáticos a longo prazo. Por outras palavras, existe um grande ceticismo quanto à possibilidade de ocorrer uma catástrofe ambiental a curto prazo, apesar de as pessoas perceberem que algumas destas alterações já estão a ocorrer.

Por outro lado, a presença atual e o desenvolvimento crescente das novas tecnologias começam também a ser percebidos como um fator de “salvação do clima”. O público sente-se tranquilizado pelo facto de as novas tecnologias poderem contribuir para melhorar a atual situação climática, ao disporem das competências necessárias para desenvolver materiais ou produtos cada vez mais sustentáveis e, por conseguinte, respeitadores do ambiente.

Initial environmental concerns

Não é possível dizer exatamente quando começou a desenvolver-se uma preocupação social com as alterações climáticas, mas é possível adivinhar que é relativamente recente. Além disso, as previsões climáticas feitas nessa altura eram exatamente o oposto da realidade atual; esperava-se que a temperatura média diminuísse, em vez de aumentar progressivamente.

No início, não se dava muita importância às mudanças de temperatura e estas eram vistas como variações climáticas normais, mas, com o tempo, começou a desenvolver-se uma certa desconfiança ou incerteza, o que fez com que as pessoas encarassem as questões ambientais como uma verdadeira questão.

As condições climáticas atuais são preocupantes, não só porque a temperatura do nosso planeta está a aquecer, mas também porque já não se trata apenas de uma questão de temperatura; as espécies estão a extinguir-se por não conseguirem manter a sua vida nos novos habitats que se estão a desenvolver; as florestas e as culturas estão a ser afetadas por secas cada vez mais frequentes; e as doenças e os vírus são mais frequentes e mais fáceis de transmitir do que eram há anos atrás.

Antes de discutir a situação atual que nos rodeia, é importante saber qual é o ponto de partida que causou tudo isto.

Pode dizer-se que as preocupações ambientais começaram a preocupar a maioria dos cidadãos depois de uma publicação em 1975 no New York Times, na qual, através de um desenho, a cidade parecia estar a ser enterrada por uma avalanche de gelo. Prevvia-se a possível chegada de uma era glacial e até alguns estudos científicos confirmavam esta possível situação futura[1].

Mais tarde, os mesmos meios de comunicação social continuaram a publicar publicações semelhantes, dando conselhos ao público sobre como atuar antes da glaciação ou o que fazer para evitar que ela ocorresse.

Mas, com o passar dos anos, as temperaturas começaram a subir na maior parte das regiões do mundo e a preocupação com a temida idade do gelo começou a desaparecer. As pessoas acabaram por esquecer o assunto.

No entanto, vários anos mais tarde, em 2007, o Quarto Relatório do IPCC[2] revelou que, no período de 1906 a 2005, a temperatura média do planeta tinha aumentado 0,74°C e que, para além disso, o ano mais quente até à data se situava também nesse intervalo. A partir desse momento, as atenções voltaram-se para as questões ambientais e para o estudo das suas possíveis causas e efeitos.

Até então, sabia-se cientificamente que a variabilidade da temperatura se devia a numerosos fatores naturais que não podiam ser controlados, mas a partir desse momento começou o processo de assimilação. Este processo mostrou que a atividade humana

afetava as alterações climáticas e podia ser considerada a principal responsável pelo aumento dos gases com efeito de estufa (Co2) na atmosfera.

Apesar disso, as questões ambientais já haviam sido estudadas muito antes dessa data, em 1817.

Jean-Baptiste Fourier começou a explicar o conceito de efeito de estufa, afirmando que, tendo em conta a energia que a Terra recebe do Sol, as temperaturas registadas deveriam ser mais baixas (Salas, 2019).

Foi o primeiro cientista a implementar tal conceito e o primeiro a colocar hipóteses sobre o mesmo. Mas não foi o único a levantar questões relacionadas. Em 1896, Svante Arrhenius sugeriu que o aumento das emissões de gases com efeito de estufa provenientes de atividades humanas poderia aumentar a temperatura do planeta.

Como se pode ver, o ambiente sempre foi tido em consideração, mas o interesse por ele nem sempre foi suficiente para produzir um nível de consciencialização que pudesse realmente ser considerado uma preocupação social.

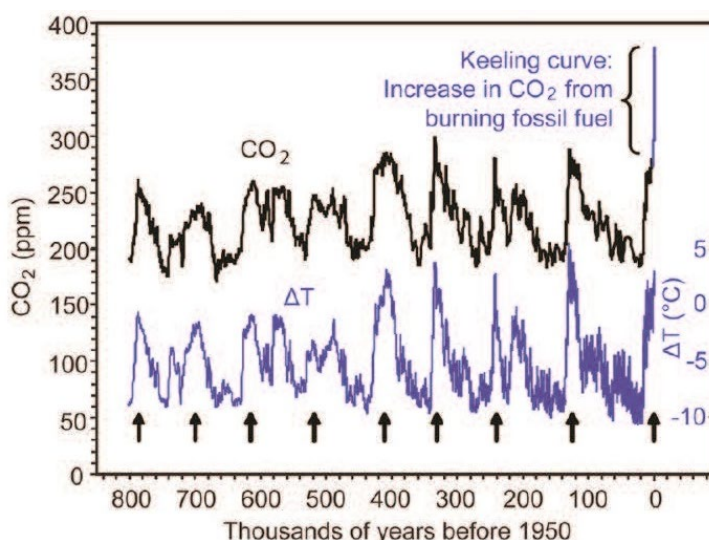
Mas o desejo de aprofundar o conceito de efeito de estufa levou a que os cientistas comesçassem a aprofundar as questões relacionadas com as alterações climáticas.

Tudo isto levou a que se realizassem cada vez mais investigações e estudos sobre o assunto. O trabalho realizado por Keeling (1960) é particularmente notável, uma vez que mostra os resultados do seu estudo no gráfico atualmente conhecido como curva de Keeling.

A curva de Keeling

Para tal, recolheu amostras de água e de ar de poucas em poucas horas numa cidade situada no oeste dos Estados Unidos, que depois analisou. Alguns anos mais tarde, tinha amostras suficientes para desenvolver um padrão que indicava como o CO₂ se mantinha na atmosfera e que fatores beneficiam a sua absorção.

À medida que Keeling acumulava amostras, tornava-se cada vez mais evidente que o nível de Co2 na atmosfera era cada vez mais elevado.



Desta forma, tornou-se clara a relação entre as emissões de combustíveis fósseis, o efeito de estufa e as alterações climáticas.

Fazendo este gráfico, Keeling mostrou que 55% das emissões fósseis que chegavam à atmosfera ficavam suspensas no ar, o que significava que a temperatura global aumentaria entre 5° e 6° Celsius[3].

O trabalho de Keeling foi a base que levou muitos cientistas posteriores a continuar a estudar em profundidade as questões relacionadas com as alterações climáticas.

É, por isso, difícil atribuir uma data específica para quando a sociedade começou a sentir-se preocupada com o estado do planeta, uma vez que são vários os fatores que estiveram envolvidos nesta situação.

Assim, para melhor fundamentar a explicação do aparecimento das alterações climáticas, seria útil considerar a definição da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC)[4], que define as alterações climáticas como “alterações do clima atribuídas direta ou indiretamente à atividade humana, que alteram a composição da atmosfera global e que se adicionam à variabilidade climática natural observada em períodos de tempo comparáveis”. Em palavras mais simples e directas, as alterações climáticas podem ser definidas como a variação dos padrões meteorológicos resultante da atividade humana direta e indireta que pode ser observada ao longo de um período de tempo.

Assim, as alterações climáticas são afectadas ou promovidas por causas naturais, bem como por causas relacionadas com a atividade humana.

Anteriormente, não havia uma preocupação real, uma vez que se pensava que este problema era temporário e que poderia melhorar com o tempo. A primeira Convenção sobre o ambiente foi a Conferência Mundial sobre o Clima, realizada em 1979, na qual o interesse dos líderes políticos não foi suficiente para incluir o tema na agenda política. No entanto, esta situação alterou-se nas convenções seguintes, nas quais se começou a consciencializar para a importância de começar a abordar as questões climáticas e a introduzir medidas e possíveis soluções.

Dada a persistência do problema da variação da temperatura, só em 1992 é que se começou a atuar verdadeiramente e a estabelecer medidas centradas na situação. Assim, a Comunidade Europeia e mais de 150 países aderiram ao Tratado Internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC) com o intuito de intervir e estudar medidas preventivas para travar o agravamento da situação.

No entanto, olhando para os resultados obtidos até à data, verifica-se que as orientações estabelecidas não foram tão eficazes como se esperava.

Mesmo assim, alguns anos mais tarde, tornou-se claro que não estava a ser totalmente eficaz para travar as consequências das alterações climáticas, pelo que, em 1997, foi criado o Protocolo de Quioto. Este protocolo centra-se principalmente na redução de seis

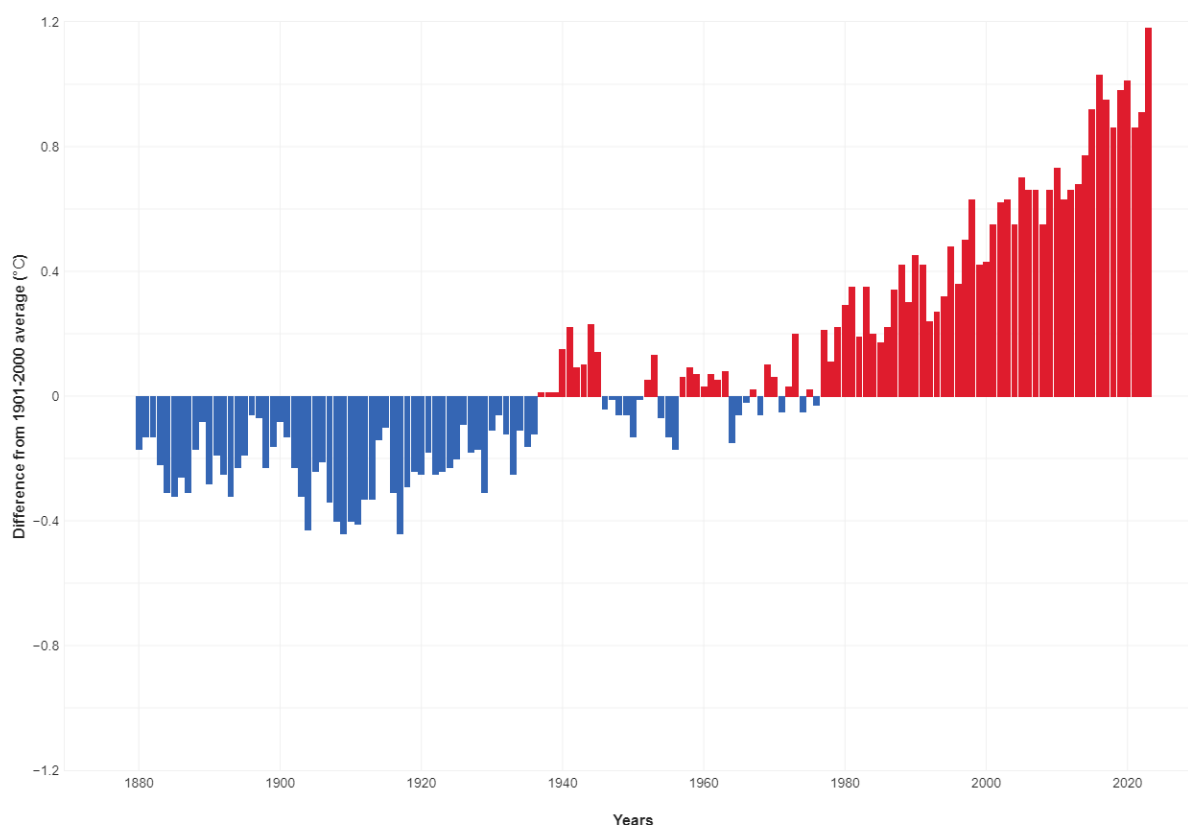
gases com efeito de estufa que provocam o aquecimento global: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nítrico (N₂O).

Em 2007, surgiram as primeiras suspeitas sobre o inevitável aumento progressivo da temperatura global e o conceito de aquecimento global começou a ser tido mais em conta. Já em 1950 se tinha observado que a atmosfera e o oceano tinham aquecido, que o volume de neve tinha diminuído, que o nível do mar tinha subido e que, conseqüentemente, a concentração de gases com efeito de estufa também tinha aumentado.

Apesar da evidência da realidade das alterações climáticas, há ainda inúmeras pessoas que se opõem a esta ideia e consideram que a situação não é assim tão crucial para se preocuparem demasiado com ela ou que se trata apenas de uma questão temporária.

O gráfico seguinte mostra como a temperatura aumentou progressivamente de 1860 a 2020[5] e mais drasticamente a partir de 1980.

GLOBAL AVERAGE SURFACE TEMPERATURE



Fonte: Climate Adaptacion Center

Organizações e convenções ambientais

Perante a crescente preocupação social com os efeitos das alterações climáticas, começou a estabelecer-se uma série de acordos e protocolos para abrandar esta situação. Alguns deles são os seguintes:

1. Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA): organização que, como o seu nome indica, faz parte das Nações Unidas. O seu objetivo é promover o cuidado com o ambiente através da inspiração e da informação, pelo que orienta e aconselha os governos sobre as formas recomendadas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Colabora também na elaboração de acordos internacionais e na realização de estudos especializados que podem ser úteis para conhecer de forma mais profunda a situação atual e como intervir.

2. Organização Meteorológica Mundial (OMM): é também uma organização que faz parte das Nações Unidas e é profundamente especializada no estudo da atmosfera e na forma como esta reage à influência de outros fatores, como os oceanos.
3. Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, também conhecido por IPCC. Pode ser definido como: “grupo intergovernamental de peritos em alterações climáticas criado conjuntamente pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas”.

O seu âmbito de estudo centra-se na avaliação científica e global da situação técnica e socioeconómica resultante dos efeitos das alterações climáticas.

4. World Resources Institute: é uma organização totalmente independente, sem fins lucrativos, criada em 1982. O seu papel fundamental é analisar a relação entre o ambiente e a perspetiva socioeconómica. É responsável pelo estudo da situação e pelo desenvolvimento de planos de ação para a sua implementação. É uma organização global que trabalha com os governos para lhes oferecer opções para melhorar a qualidade de vida dos habitantes.
5. Protocolo de Montreal: semelhante ao Protocolo de Quioto, que será analisado mais adiante. Este protocolo centra-se na análise da situação da camada de ozono e dos fatores que a danificam. O seu objetivo é reduzir a produção e o consumo de substâncias que favorecem exclusivamente a presença destas partículas poluentes na atmosfera.
6. Protocolo de Quioto: a principal tarefa deste protocolo bem conhecido é reduzir as emissões dos seis principais gases com efeito de estufa (GEE). É o mais importante acordo internacional, foi criado numa das sessões da Convenção-Quadro das Nações Unidas em 1997 e foi inicialmente assinado por 84 países. O número de países que aprovaram este novo acordo aumentou para 180 em 2001. Finalmente, entrou em vigor em 2005.

O objetivo deste protocolo era reduzir as emissões de poluentes em pelo menos 5,2%, tomando 1990 como ano de referência, para o período 2008-2012, especialmente por parte dos países industrializados e das economias em transição.

Em 2013, foi assinado o segundo período do protocolo. Os países signatários comprometeram-se a reduzir pelo menos 18% das emissões de gases com efeito de estufa até 2020.

7. Acordo de Paris: é considerado outro importante protocolo ambiental. Este acordo foi aceite por 196 países em 2015 e entrou finalmente em vigor a 4 de novembro de 2016.

O principal objetivo deste protocolo é limitar o aquecimento global a um nível inferior a 2, de preferência 1,5°C.

É o primeiro protocolo que une todos os países numa causa comum para combater as alterações climáticas e adaptar-se aos seus efeitos.

Todas estas organizações e protocolos são responsáveis pelo desenvolvimento de diretrizes e práticas que permitem uma melhoria do ambiente e um maior cuidado com o planeta.

Efeitos das alterações climáticas

Sabemos que as alterações climáticas incluem um aumento da temperatura média do planeta que afecta todos os seus cantos, mas é importante considerar o que este aumento de temperatura implica e quais os efeitos que pode desencadear.

Vulnerabilidade

Os impactos das alterações ambientais estão distribuídos de forma desigual em todo o mundo, com disparidades significativas em termos de vulnerabilidade entre as diferentes regiões do mundo. Os países em desenvolvimento, com uma capacidade de infra-estruturas limitada e instituições menos sólidas, enfrentam desafios significativamente maiores face às catástrofes naturais. Esta situação traduz-se em maiores dificuldades e custos para ultrapassar as adversidades, em contraste com as nações economicamente mais solventes, onde as consequências podem ser atenuadas de forma mais eficaz.

Este fenómeno realça a ligação entre o nível de vulnerabilidade ambiental e o nível de desenvolvimento económico de uma região. Cria-se assim um círculo vicioso em que as nações com menos recursos económicos sofrem impactos ambientais mais graves, complicando ainda mais o seu progresso e recuperação devido à falta de meios financeiros para implementar soluções eficazes.

Além disso, as catástrofes naturais não só causam prejuízos económicos através da destruição material, como também têm um impacto demográfico direto, resultando em

perdas humanas significativas. A precariedade das habitações nas zonas propensas a catástrofes agrava este problema, colocando em risco a vida dos seus habitantes.

A invisibilidade das áreas mais desfavorecidas agrava essa situação, pois a falta de reconhecimento e atenção das políticas públicas e dos investimentos sociais limita significativamente as oportunidades de melhoria para os habitantes dessas áreas. Este cenário perpetua o ciclo de vulnerabilidade e pobreza, sendo que as comunidades com menos recursos económicos continuam a ser as mais afectadas.

A escassez de recursos de subsistência é exacerbada pelos impactos ambientais adversos, incluindo fenómenos extremos como as secas e as inundações, que destroem fontes de alimentação essenciais para milhões de pessoas. A destruição das culturas e das colheitas limita o acesso aos alimentos, um direito humano fundamental, e agrava as condições de insegurança alimentar e nutricional.

Esta análise sublinha a necessidade de abordar as questões da vulnerabilidade ambiental e do desenvolvimento económico numa perspetiva integrada, reconhecendo a importância de reforçar a capacidade de resistência dos países em desenvolvimento face aos desafios ambientais. É imperativo implementar estratégias que promovam uma maior equidade global na distribuição dos recursos e nos esforços de mitigação e adaptação às alterações ambientais, a fim de salvaguardar o bem-estar das populações mais vulneráveis.



Fonte: pixabay.com

Doenças

Como já foi referido, o aumento da temperatura média do planeta é uma realidade e este aumento provoca a propagação de novas patologias em maior escala.

Isto está a levar ao desenvolvimento de cada vez mais doenças, especialmente nos países em desenvolvimento, onde condições que se consideravam eliminadas, como a dengue, a malária, as doenças transmitidas por mosquitos, etc., começam a ressurgir.

Várias doenças transmissíveis continuam presentes devido a ambientes quentes e desfavoráveis, onde o aumento da temperatura está envolvido numa maior permanência e desenvolvimento dessas doenças.

Poderíamos também falar da forma como as alterações climáticas afetam o ar. Este tem elementos poluentes que agravam as doenças respiratórias como a asma e provocam o desenvolvimento de mais alergias.

Segue-se um quadro que mostra a forma como determinadas ações climáticas afetam a saúde da humanidade.

Variáveis relacionadas entre as alterações climáticas e os efeitos na saúde.^[6]

Variáveis intermédias	Consequências para a saúde
Alterações na frequência e intensidade dos fenómenos meteorológicos extremos.	Mortes, ferimentos, perturbações psicológicas, danos nas infra-estruturas de saúde pública.
Efeito sobre o alcance e a atividade dos vetores e parasitas.	Alterações nas áreas geográficas e na incidência de doenças transmitidas por vectores.
Alterações ecológicas locais da água e dos agentes infecciosos de origem alimentar.	Alterações na incidência de diarreia e outras doenças infecciosas.
Alterações na produtividade alimentar mediadas pelas alterações climáticas e pelas pragas e doenças associadas.	Má nutrição, fome e consequentes distúrbios imunitários no crescimento e desenvolvimento da criança.
Aumento do nível dos oceanos com deslocações de populações e danos nas infra-estruturas.	Redução das terras aráveis, aumento do risco de doenças infecciosas e de perturbações psicológicas.
Impacto biológico das alterações na poluição atmosférica.	Asma, alergias e outras doenças respiratórias agudas e crónicas e mortalidade.

Perturbações sociais, económicas e demográficas mediadas por efeitos na economia, nas infra-estruturas e na disponibilidade de recursos.	Vasta gama de consequências para a saúde pública: conflitos sociais, doenças infecciosas, perturbações nutricionais.
--	--

A presença de doenças cada vez mais fáceis de transmitir e com maior presença em determinadas zonas do planeta, responsáveis por inúmeras mortes entre a população, é causada pelas alterações climáticas.

Mas esta não é a única forma pela qual as alterações climáticas potenciam o aparecimento de doenças. Sabe-se que o aumento da temperatura também provoca a redução da água, levando a grandes secas. Milhões de pessoas no mundo não têm acesso a água potável, um recurso vital para o ser humano se manter vivo, e noutros casos, o acesso que têm não está nas melhores condições, pois é uma fonte de infecções e doenças.

Como se pode ver, por detrás do aumento da temperatura há muito mais: há doenças, infecções, morte, migrações humanas, catástrofes, etc.

Migrações ambientais

Como temos vindo a discutir ao longo das últimas secções, as alterações climáticas levam a uma série de consequências, tais como catástrofes naturais, destruição de cidades, desenvolvimento e transmissão de doenças e infecções, secas, falta de água potável, etc. Vários destes fatores podem ocorrer até no mesmo local, por isso, como podem os que lá vivem agir? Os moradores desse local não têm muitas opções e a melhor é sair e procurar um novo lugar para morar. Não é uma decisão fácil, ter que deixar toda a vida num lugar e começar do zero, mas as mudanças ambientais não garantem a sobrevivência de ninguém.

As pessoas que abandonam os seus locais, motivadas pelas consequências das alterações climáticas e com a intenção de poderem proteger as suas vidas, são conhecidas como migrantes ambientais.

O termo ecocídio também pode ser encontrado para se referir a esta situação. Este conceito foi introduzido na década de 1970 por Arthur Galston (Zieler, 2011) e documentado em fevereiro do mesmo ano na Conferência sobre Guerra e Responsabilidade realizada. A definição que corresponde a este conceito é a seguinte: “danos maciços, destruição ou perda de ecossistemas num determinado território, seja em resultado da atividade humana ou de outras causas, cujos efeitos põem em perigo a sobrevivência dos residentes do local.”^[7]

Infelizmente, há muitos exemplos que mostram a realidade desta situação.

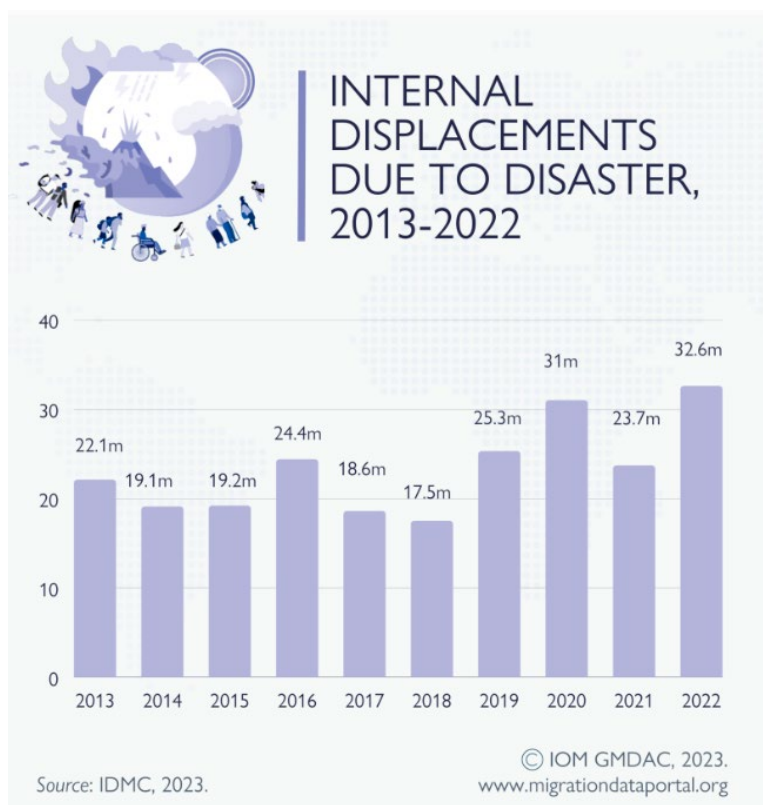
É verdade que as alterações climáticas afetam todo o planeta, mas, como já foi referido, nem todas as zonas são afectadas da mesma forma, pelo que é mais provável encontrar migrantes ambientais provenientes sobretudo de zonas específicas. Tudo isto depende das políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas em vigor.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), existem diferentes tipos de migrantes ambientais, como:

- *Migrantes de emergência ambiental:* estas pessoas fogem temporariamente da sua região devido a uma catástrofe natural, como um terremoto, uma inundação, etc. Deixam o local temporariamente até que a situação melhore ou os danos sejam reparados, mas a deslocação não será necessariamente indefinida.
- *Migrantes ambientais forçados:* estas pessoas, por outro lado, são mais obrigadas a abandonar a sua região, quer devido à sua deterioração progressiva, quer devido a danos irreparáveis que afectam as condições de vida dos residentes.
- *Migrantes motivados pelo ambiente:* estas pessoas deixam a sua região voluntariamente devido a uma possível deterioração futura que pode afetar a sua qualidade de vida ou outros fatores que elas próprias determinam. Pode dizer-se que este grupo antecipa o que pode acontecer e decide ficar na sua região ou, pelo contrário, fugir em busca de uma alternativa melhor.

Como se pode ver, a decisão de migrar para outro local nem sempre é uma opção; em numerosas ocasiões, milhões de pessoas são obrigadas a abandonar as suas casas para salvar as suas vidas dos efeitos das alterações ambientais.

O gráfico seguinte mostra como o número de migrações ambientais aumenta ao longo dos anos, sendo 2011 o ano com o número mais elevado.



Fonte: Migration Data Portal https://www.migrationdataportal.org/es/themes/environmental_migration

Economia

As alterações climáticas também afetam de perto a economia global.

Tal como referido numa das secções anteriores, as alterações climáticas afectam significativamente as culturas e as colheitas. A precipitação abundante ou, pelo contrário, as secas são prejudiciais para estes meios de subsistência.

Para as sociedades em que este meio não é apenas uma fonte de alimentação, mas também uma fonte de rendimento devido à venda destes produtos, a perda económica que sofrem é notória.

Por sua vez, a escassez de produtos vegetais vai dar origem à necessidade de aumentar os preços dos que estão disponíveis, com a intenção de compensar de alguma forma a falta de outros.

Por outro lado, os danos causados por catástrofes ambientais exigem um elevado investimento económico para a sua reparação e, infelizmente, os países com baixos níveis económicos são normalmente os mais prejudicados nestas situações.

O estabelecimento de políticas verdes ou sustentáveis exige também um grande esforço financeiro por parte dos governos. A necessidade de adaptar ou implementar novas ferramentas ou procedimentos que não provoquem o aumento dos gases com efeito de estufa requer a utilização de produtos não poluentes ou nocivos através do recurso à inovação e, portanto, um grande investimento económico para o fazer.

Em toda esta questão, é também importante ter em conta a globalização, uma vez que significa que a economia de uma região ou país não está isolada das outras. A economia é de facto global e não afecta apenas uma parte do planeta, mas de certa forma acaba por afetar as restantes, pelo que se uma economia fraca for predominante num local, acabará por afetar os outros.

Podemos constatar que as alterações climáticas afetam várias zonas do planeta e que não há nenhuma área em que o ambiente não esteja envolvido.

Direitos fundamentais

Todas estas consequências, desenvolvidas ao longo das páginas anteriores, podem ser resumidas como uma privação dos direitos fundamentais que todos os seres humanos devem ter.

É aqui que entram em jogo os Princípios-Quadro sobre Direitos Humanos e Ambiente[8], que destacam a relação dos seres humanos com o ambiente natural em que vivem e a forma como danificá-lo ou tomar medidas que o prejudiquem tem uma influência direta nos seus habitantes.

Estes foram aprovados em 2018 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e a razão da sua criação foi preencher a lacuna existente na Declaração Universal dos Direitos Humanos em matéria ambiental. Este conjunto de princípios representa uma conquista ao tornar visível a interdependência dos direitos humanos e da natureza.

Estes princípios formam um total de 16 e refletem o papel que os Estados devem desempenhar para garantir o bem-estar ambiental dos seus cidadãos. São os seguintes:

1. Os Estados devem respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, a fim de garantir um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável.
2. Os Estados devem respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, a fim de garantir um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável.
3. Os Estados devem proibir a discriminação e garantir uma proteção igual e eficaz contra a discriminação no que respeita ao usufruto de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável.
4. Os Estados devem criar um ambiente seguro e propício em que os indivíduos, grupos de indivíduos e organismos que se ocupam dos direitos humanos e das questões ambientais atuem sem ameaças, assédio, violência ou intimidação.
5. Respeito e proteção dos direitos de liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica em relação às questões ambientais.
6. Educação e sensibilização do público para as questões ambientais.
7. O acesso do público à informação ambiental através da recolha e divulgação de dados, bem como o acesso adequado e económico à informação que qualquer pessoa possa solicitar.
8. Os Estados exigirão uma avaliação prévia à execução de qualquer atividade que possa causar impacto ambiental e humano.
9. Prever e facilitar a participação dos cidadãos na tomada de decisões relacionadas com o ambiente.
10. Facilitar o acesso a vias de recurso efetivas em caso de violação dos direitos humanos e da legislação ambiental.
11. Estabelecer e manter normas ambientais que sirvam para respeitar e proteger os direitos humanos.
12. Assegurar a aplicação efectiva das normas ambientais.
13. Promover a cooperação na aplicação dos quadros jurídicos, com o objetivo de prevenir, reduzir e reparar os danos ambientais.
14. Estabelecimento de medidas adicionais centradas nas pessoas mais vulneráveis ou em risco de exclusão especial.
15. Assegurar que as obrigações para com as populações indígenas e as comunidades tradicionais estão a ser cumpridas.
16. Respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos no âmbito das medidas estabelecidas para resolver os problemas ambientais e alcançar um desenvolvimento sustentável.

Questões tão vitais como ter acesso a água potável e ter um local seguro para viver são questões que são alteradas pelos efeitos das alterações climáticas.

Assim, compreende-se que não se trata apenas de uma questão de aumento da temperatura média do planeta, mas que há muito mais por detrás disso que, por vezes, não é frequentemente mostrado.

Com esta questão, estaríamos a falar daquilo a que se chama discriminação ambiental, em que os principais protagonistas seriam os países mais vulneráveis do ponto de vista ambiental. Tratar-se-ia de uma distribuição equitativa dos problemas ambientais que promoveria um equilíbrio geral.

O conceito de discriminação ambiental é relativamente recente. Pode dizer-se que surgiu na década de 1970, quando os movimentos ambientalistas começaram a tomar consciência e a perceber que os locais mais vulneráveis são os mais susceptíveis de sofrer os efeitos das alterações climáticas.

Embora estes lugares representem uma minoria, parece que, com o passar do tempo, cada vez mais lugares estão a testemunhar os estragos e os efeitos das alterações climáticas.

Além disso, o problema aumenta se tivermos em conta que estes países, na maioria dos casos, não dispõem de boas políticas, nem de condições favoráveis para enfrentar as catástrofes naturais.

Este facto de não terem acesso às mesmas condições ou opções que lhes deveriam estar disponíveis para garantir o gozo dos direitos fundamentais faz com que a própria situação climática seja um fator de privatização desses direitos.

Os efeitos do meio ambiente são diversos e suficientemente chocantes para que tomemos consciência deles e desenvolvamos políticas ambientais que tentem amenizar essas consequências.

Tipos de comportamento face às preocupações ambientais

Como se observou ao longo das linhas anteriores, a preocupação com o ambiente é algo já real e também necessário para sensibilizar e atuar no sentido de alcançar soluções que atrasem o desenvolvimento das alterações climáticas e dos seus efeitos ou simplesmente não continuem a promovê-las. Algumas formas de atuar neste sentido são as seguintes (Stern 2000):

- *Ativismo ambiental*: podemos encontrá-lo através de manifestações ou reivindicações de grupos de pessoas que saem à rua para defender o cuidado do ambiente ou também através de diferentes tipos de iniciativas ou atividades promovidas por diferentes organizações.

Podemos mencionar alguns movimentos ambientalistas que tiveram um grande impacto e organizações que são conhecidas mundialmente.

- **WWF**: conhecido como World Wildlife Fund em espanhol, criado em 1961, é uma das organizações ambientais internacionais encarregadas da conservação da natureza. Realizou várias campanhas de sensibilização para o cuidado do ambiente e do planeta em geral.
- **Greenpeace**: é outra grande organização ambiental fundada em 1971. Realizam ações de protesto pacíficas. A principal característica da forma como esta organização trabalha é através de imagens chocantes e exageradas que fazem o espectador refletir.
- **Fridays for future**: começou com a realização de uma greve escolar liderada pela jovem Greta Thunberg com o objetivo de protestar contra a situação climática. O que no início parecia ser um pequeno ato de “rebelião” começou a tornar-se cada vez maior com a adição de mais pessoas, até se formar em 2018 como o movimento bem conhecido que é hoje.
- **Comportamentos públicos**: através da regulamentação de produtos que prejudicam o ambiente, da implementação de novas leis centradas nos cuidados com o planeta, da promoção da utilização de energias verdes, etc.
- **Comportamentos privados ou domésticos**: podemos encontrar este tipo de comportamentos através das condutas que as pessoas têm dentro das suas casas, tais como reciclar ou reutilizar produtos, não desperdiçar água desnecessariamente, etc

Todos estes comportamentos são o resultado de preocupações ambientais e, como acabámos de ver, podem ser observados em diferentes ambientes e situações.

Cronologia das alterações climáticas

Como vimos ao longo destas linhas, a história das alterações climáticas é extensa. Uma melhor forma de a compreender é através de uma linha temporal na qual se podem observar os principais acontecimentos em que as alterações climáticas foram protagonistas.

- 1827. Jean-Baptiste Fourier foi o primeiro cientista que começou a estudar a atmosfera com mais profundidade e estabeleceu o conceito de efeito de estufa.
- 1896. Svante Arrhenius descobriu que a queima de combustíveis gera o aquecimento global através do efeito de estufa.
- 1961. Graças às descobertas de Keeling, descobriu-se que a concentração de CO₂ na atmosfera está a aumentar progressivamente.
- 1979. Elaboração do Relatório Charney, que abordou as alterações climáticas e a sua gravidade e apresentou recomendações para resolver a situação.
- 1985. Realização da Primeira Conferência Internacional sobre o Efeito de Estufa, embora os problemas relacionados com o aumento da temperatura fossem conhecidos de antemão.

1990. Apresentação do Primeiro Relatório do IPCC[9], no qual se explica de forma exaustiva a importância de intervir perante o aumento progressivo da temperatura global e a presença de gases com efeito de estufa.
1992. Assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Entrou em vigor em 1994. O objetivo era estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera para evitar que se tornassem um problema crescente.
1997. Assinatura do Protocolo de Quioto, baseado nos princípios e disposições da Convenção.
1998. Foi o ano mais quente da década mais quente registada.
2001. Foi publicado o terceiro relatório do IPCC. Este documento continha novas informações que demonstravam que a atividade humana é uma das principais causas do aquecimento global.
2006. Publicação de um importante documento, o Relatório Stern, que mostrava os impactos que as alterações climáticas poderiam ter na economia.
2007. Quarto relatório do IPCC, no qual se estabeleceu com maior precisão que o aquecimento global é causado pela atividade humana.
- Também neste ano, realizou-se uma reunião em Bali para desenvolver um novo acordo internacional.
2009. A Cimeira das Nações Unidas sobre o Clima realizou-se em Copenhaga, onde se iniciaram as negociações para determinar a data de entrada em vigor do novo acordo internacional.
2010. Alguns países desenvolvidos iniciaram um acordo de 3 anos com a intenção de tornar as suas economias mais ecológicas e adaptáveis aos impactes climáticos.
2012. O acordo pós-Quoto entrou em vigor.
- No mesmo ano, o gelo marinho do Ártico atingiu uma extensão mínima de 3,41 milhões de quilómetros quadrados.
2013. Quinto relatório do IPCC. Afirma com 95% de certeza que os seres humanos são a principal causa do aquecimento global e mostra os resultados correspondentes de um aumento contínuo da temperatura e do nível do mar. Foi também dado especial destaque ao aumento da presença de gases com efeito de estufa.
2015. Foi estudada a situação do colapso da camada de gelo na Antártida Ocidental. Poderá tratar-se de um acontecimento irreversível, que provocará uma grande subida do nível do mar.
- Em 12 de dezembro de 2015, o Acordo de Paris foi adotado por 196 países na COP21 e entrou em vigor em 4 de novembro de 2016.

2018. Surgimento do movimento ambientalista Fridays for Future, liderado e organizado por jovens ativistas e iniciado pela jovem Greta Thunberg.

2019. As catástrofes naturais tornaram-se mais frequentes e começaram a gerar mais preocupação entre a população.

2020. De acordo com diferentes fontes, foi o ano mais quente de que há registo.

2021. Sexto relatório do IPCC. Foi publicado que as alterações climáticas eram mais do que evidentes e confirmou-se que a temperatura média do planeta aumentou 1,5°C. Este documento afirmava também que os efeitos climáticos serão cada vez mais extremos.

Como se pode ver, as alterações climáticas estão a variar progressivamente, mas parece que essas variações se centram mais num cenário negativo do que num cenário positivo.

Até à data, foram tomadas algumas medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, mas os resultados obtidos ainda não são suficientemente eficazes para prever uma melhoria da situação.

Como vimos ao longo deste capítulo, pequenas ações a nível individual podem parecer insignificantes, mas esse simples facto é mais do que não fazer nada diretamente. Pequenas decisões podem promover grandes resultados.

“NATURE SUSTAINS THE UNIVERSAL LIFE OF ALL CREATURES.” *Tenzin Gyatso*

Inclusão na aplicação do guia metodológico

É essencial que os jovens pertencentes a grupos particularmente vulneráveis, com baixos recursos económicos ou provenientes de zonas rurais, sejam especialmente envolvidos nos diferentes movimentos relacionados com o ambiente. Uma grande parte da população europeia vive em zonas rurais, pelo que é de importância vital tê-los em conta no desenvolvimento deste projeto e na elaboração das diferentes atividades e estratégias a levar a cabo.

É importante ter em conta a importância destes atores nas diferentes políticas da União Europeia orientadas para o ambiente, é possível identificar os seus problemas de uma forma mais rápida e eficiente, e propor políticas públicas mais eficazes e benéficas para todos os cidadãos europeus. É difícil para estes grupos participarem neste tipo de ações, uma vez que é mais complicado chegar até eles e envolvê-los nas diferentes ações a realizar, pelo que aqui é de grande importância que a estratégia e a metodologia utilizadas tenham em conta as características específicas de cada grupo, a fim de serem o mais eficazes possível.

Especificamente, devemos ter em conta os seguintes territórios e grupos para a inclusão de todos os jovens:

Zonas rurais: São zonas de baixa densidade populacional onde tendem a predominar pequenos núcleos populacionais dispersos, com uma população envelhecida e uma ligeira predominância da população feminina. Por isso, é de vital importância dar atenção à população jovem que vive nestes territórios, uma vez que tendem a ser mais esquecidos e, devido ao meio rural em que vivem, são normalmente os mais comprometidos com o ambiente, uma vez que a sua subsistência está normalmente ligada ao meio rural e às atividades eminentemente ligadas ao meio rural.

Grupos vulneráveis: Os jovens que pertencem a estes grupos têm uma série de características comuns, como um baixo nível de educação e baixos níveis de recursos económicos. Além disso, estes jovens não demonstram qualquer interesse pelas diferentes ações levadas a cabo pela União Europeia no domínio do ambiente.

Jovens portadores de deficiência: Estes jovens têm barreiras significativas no acesso à informação, aos serviços e aos espaços físicos, o que pode limitar a sua participação nas atividades de conservação, pelo que é também essencial tê-los em conta durante o desenvolvimento das ações para que a sua inclusão seja bem sucedida.

Por esta razão, será proposta uma série de medidas transversais a serem implementadas em todas as ações previstas ao longo do projeto. Em primeiro lugar, o tipo de mensagem a enviar aos jovens dos grupos acima referidos deve ser adaptado à sua situação específica.

Deve também ter-se em conta que os jovens estarão mais envolvidos nas questões que os afetam mais diretamente. No caso dos jovens das zonas rurais, eles estarão mais preocupados com questões como o ambiente ou a agricultura/pecuária, uma vez que estes são os principais motores económicos das suas zonas e são, portanto, questões de importância vital para eles.

Por conseguinte, todas as atividades propostas neste guia ou metodologia podem ser adaptadas aos ambientes em que são desenvolvidas. Cada uma das organizações que dispõem destas atividades poderá enquadrá-las na sua realidade local, de modo a envolver os jovens no seu ambiente e a ter um grande impacto neste grupo.

Dicas e sugestões

Nesta seção, apresentamos uma série de dicas e sugestões para os utilizadores desta metodologia, com o objetivo de aumentar a consciência ambiental entre os jovens. Estas recomendações destinam-se a ajudar os animadores socioeducativos, os líderes comunitários e outros atores no domínio da juventude a promover um maior envolvimento cívico dos jovens no domínio do ambiente.

Promover a educação cívica e ambiental: É essencial proporcionar aos jovens uma base sólida sobre a importância do ambiente e a forma como podem envolver-se politicamente para influenciar tanto as iniciativas dos cidadãos como as instituições políticas, organizando workshops, palestras e atividades interativas que lhes permitam compreender como funcionam as instituições políticas e como podem influenciar o seu ambiente através de diferentes iniciativas.

Criar espaços de diálogo sobre o ambiente: Facilitar a criação de espaços seguros e abertos onde os jovens possam exprimir os seus pontos de vista e preocupações em matéria de ambiente. Ouvir as suas vozes é essencial para compreender as suas necessidades e problemas, o que ajudará a conceber estratégias mais inclusivas e eficazes.

Utilizar a tecnologia e as redes sociais para aumentar a consciencialização ambiental: Tirar partido da familiaridade dos jovens com a tecnologia e as redes sociais para incentivar a sua participação nas questões ambientais. Criar plataformas em linha onde possam debater, partilhar ideias e participar em campanhas de sensibilização.

Promover a diversidade e a inclusão na participação ambiental: Assegurar que os jovens de todas as origens e comunidades tenham oportunidades iguais de participar nos vários processos ambientais que têm lugar. A diversidade na participação enriquece o debate e garante que as necessidades de todos os jovens sejam atendidas.

Proporcionar oportunidades de liderança em projetos ambientais: Incentivar os jovens a assumirem papéis de liderança em projetos e atividades relacionados com a participação política e ambiental. Dar-lhes a oportunidade de tomar decisões e de serem agentes de mudança nas suas comunidades.

Trabalhar com organizações de jovens dedicadas ao ambiente: Desenvolver parcerias com organizações juvenis locais e nacionais para reforçar o trabalho conjunto em projetos e campanhas que promovam a participação em questões ambientais. Em conjunto, podem chegar a mais jovens e ter um maior impacto.

Promover programas de tutoria sobre ativismo ambiental: Estabelecer programas de tutoria em que os jovens com experiência de participação ambiental e política possam orientar e apoiar outros jovens interessados em participar. A tutoria pode ser um instrumento poderoso para capacitar os jovens e transmitir conhecimentos e competências.

Reconhecer e celebrar as realizações no domínio do ativismo ambiental: Reconhecer publicamente as realizações dos jovens que estão ativamente envolvidos na política ambiental. A celebração dos seus êxitos dar-lhes-á um incentivo adicional para se manterem empenhados na participação cívica.

Estabelecer contactos com a comunidade sobre questões ambientais: Organizar atividades que associem a participação política a questões relevantes para a comunidade local. Isto ajudará os jovens a ver como a sua participação pode ter um impacto direto no seu ambiente.

Avaliar e adaptar as iniciativas ambientais: Realizar avaliações regulares das atividades e programas para medir a sua eficácia e fazer ajustamentos com base nos resultados. Aprender com a experiência e utilizar o feedback para melhorar continuamente as iniciativas de participação política.

Conclusões

No final deste guia, qualquer pessoa que o tenha consultado em profundidade terá adquirido uma compreensão muito mais próxima e sólida da realidade das alterações climáticas e do impacto negativo que estas têm em diferentes áreas da sociedade.

O guia sublinha a importância de uma cidadania unida e ativa na luta ambiental, mas sobretudo promove a sensibilização dos jovens para que possam dar o exemplo às gerações futuras.

A União Europeia já desenvolveu diferentes políticas que visam cuidar do ambiente e que se centram na promoção deste valor como parte da vida quotidiana dos cidadãos.

Com o desenvolvimento deste guia, o objetivo foi o mesmo: ter um documento inspirador que capacite os jovens para as competências e aptidões através das quais podem abordar as questões ambientais.

Tudo isto foi desenvolvido através da educação ambiental, que consiste em atividades não formais que podem ser encontradas no apêndice deste documento, através das quais o grupo de jovens participantes adquiriu uma série de conhecimentos e aprendizagens que os levam a agir perante o avanço e o agravamento desta situação.

O guia inclui passos práticos que os jovens devem seguir para contribuir para a melhoria da sociedade em que vivem e para dar o exemplo às gerações futuras. Por outro lado, este documento é também uma forma de jovens e adultos se ligarem, partilharem boas práticas sustentáveis e colaborarem na procura de soluções melhores e mais eficazes.

Finalmente, através do desenvolvimento e implementação deste guia, foi possível observar o impacto positivo que teve no grupo que o pôs em prática, sendo por isso considerado uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade consciente, educada e envolvida na procura de ações que tornem a sociedade um lugar melhor.

Agora que foi apresentada esta extensa investigação teórica, a próxima parte do guia são as referências. Depois, como anexo, é finalmente apresentado um conjunto de energizers, team building e atividades com educação não formal nos temas de Ambiente, Ecologia e Justiça Climática, que os técnicos de juventude e as organizações podem utilizar para implementar atividades com os Jovens. As atividades não possuem referências porque foram criadas a partir da experiência prática dos técnicos de juventude envolvidos neste projeto.

R

Referencias

World Youth Alliance

→ <https://www.wya.net/op-ed/the-power-of-young-people-to-change-the-world/>

Valerie Forgeard in brilliantio (21 March 2022)

→ <https://brilliantio.com/how-can-we-empower-youth-to-change-the-world/>

Salto - Inclusion and Diversity

→ <https://www.salto-youth.net/rc/inclusion/archive/archive-resources/inclusiongroups/inclusionrural/InclusionRuralYouthWorker/>

Council of Europe

→ <https://rm.coe.int/council-of-europe-youth-work-portfolio/16809eaa04>

Climate Justice - United Nations (31 May 2019)

→ <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2019/05/climate-justice/>

ClimateJust

→ <https://www.climatejust.org.uk/what-climate-justice>

United Nations (19 April 2022)

→ <https://news.un.org/en/story/2022/04/1116592>

Soth Koemsoeun, Khmer Times (30 March 2022)

→ <https://www.khmertimeskh.com/501049601/ministry-welcomes-role-of-youth-in-environment-protection/>

United Nations

→ <https://www.un.org/development/desa/youth/society-and-decision-making-factsheet.html>

https://youth.europa.eu/strategy_en

United Nations (March 29, 2019)

→ <https://www.un.org/en/desa/young-people-are-changing-world>

United Nations (5 January 2022)

→ <https://www.unep.org/news-and-stories/story/why-children-and-youth-hold-key-sustainable-future>

Earth.org, by Lei Nguyen (16 december 2021)

→ <https://earth.org/a-sustainable-future-starts-with-the-youth/>

Andrés, E. F., & Salinas, E. M. (2005). El nivel de conocimiento medioambiental como factor moderador de la relación entre la actitud y el comportamiento ecológico. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 11(1), 223-243.

Autor. (2008). Informe anual sobre Derechos Humanos en Chile. pp. 505-538.

→ <https://derechoshumanos.udp.cl/cms/wp-content/uploads/2020/12/Cap201320Medioambiente20y20DDHH.pdf>

Cambio climático: ¿origen natural o antropológico? (2021, abril, 09). #GreenBlog.

→ <https://ecolec.es/greenblog/actualidad/cambio-climatico-origen-natural-o-antropologico/>

Cambio climático: que es, definición, causas, efectos, consecuencias y combate. (s.f)

→ <https://responsabilidadsocial.net/cambio-climatico-que-es-definicion-causas-efectos-consecuencias-y-combate/>

Cambio climático: una cronología. (s.f). Climate Wise. Recuperado 31 de octubre de 2022.

→ <https://climate-wise.com/es/noticias-y-articulos/climate-change-a-timeline/>

Cerda L, Jaime, Valdivia C, Gonzalo, Valenzuela B, M. Teresa, & Venegas L, Jairo. (2008). Cambio climático y enfermedades infecciosas: Un nuevo escenario epidemiológico. *Revista chilena de infectología*, 25(6), 447-452.

→ <https://dx.doi.org/10.4067/S0716-10182008000600006>

Cerda, J., Valdivia, G., Valenzuela, M. T. & Venegas, J. (2008). Cambio climático y enfermedades infecciosas: un nuevo escenario epidemiológico. *Revista chilena de infectología*, 25, pp. 447-452.

→ <https://www.scielo.cl/pdf/rci/v25n6/art06.pdf>

Compagnucci, R. Historia del Cambio Climático o Calentamiento Global. (2011). *Contribuciones Científicas GAEA* - 23, 13-19.

→ https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/11336/15942/1/CONICET_Digital_Nro.19643.pdf

Cueva, F. D. (2014). Efectos del cambio climático en la economía, el comercio internacional y la estrategia empresarial. *Contabilidad y negocios*, 9(18), 75-98.

Dickie, M. J., & Coronel, A. (2016). Cambio Climático: breve historia y tendencias en la Región Húmeda. *Revista Para Mejorar la Producción*, 54. pp.207-212.

→ <https://inta.gob.ar/sites/default/files/inta-27.cambio-climatico-historia-y-tendencias-en-la-region-humeda.pdf>

García, A. (2019). Los olvidados de la movilidad humana: migración y desplazamiento de personas frente al desafío climático y medioambiental. *Revista Crítica Penal y Poder*, nº18, diciembre, pp. 134-144). OSPDH. Universidad de Barcelona.

→ <https://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/30419/30692>

Gómez-Carmona, D., Tenorio, R. C., & Dueñas, P. P. M. (2021). Análisis del mensaje medioambiental. Una aplicación de la neurociencia. In *La comunicación a la vanguardia: Tendencias, métodos y perspectivas* (pp. 1292-1316). Fragua.

González, A. (2002) La preocupación por la calidad del medio ambiente. Un modelo cognitivo sobre la conducta ecológica. [Tesis de Doctorado, Universidad Complutense de Madrid]

→ <https://eprints.ucm.es/id/eprint/4390/1/T26479.pdf>

Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment. (2022). What is meant by 'climate justice'?

→ <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/explainers/what-is-meant-by-climate-justice/>

Jiménez, C. E., & Suescún, J. I. S. (2011). Los desplazados ambientales, más allá del cambio climático. Un debate abierto. *Cuadernos geográficos*, (49), 201-215.

→ <https://www.redalyc.org/pdf/171/17122051008.pdf>

La curva de Keeling: Mediciones de dióxido de carbono en Mauna Loa. (s. f.). American Chemical Society. Recuperado 31 de octubre de 2022, de

→ <https://www.acs.org/content/acs/en/education/whatischemistry/landmarks/historia-quimica/curva-keeling.html>

Moriana, L. (2019, septiembre, 25). *Calentamiento global, causas y consecuencias.*

→ <https://www.ecologiaverde.com/calentamiento-global-definicion-causas-y-consecuencias-1095.html>

Munasinghe, M. (1994). *Degradación del medio ambiente urbano y vulnerabilidad a los peligros naturales*. Conferencia Mundial para la Reducción de Desastres Naturales Comité Técnica Sesión C.

→ <http://cidbimena.desastres.hn/docum/crid/Abril2004/pdf/spa/doc4954/doc4954-contenido.pdf>

NASA y NOAA: 2018 el 4o más cálido. (2019, 8 febrero). Tiempo.com | Meteored.

→ <https://www.tiempo.com/ram/504091/nasa-y-noaa-2018-el-4o-mas-calido/>

National Geographic. (s.f) ¿Qué es el calentamiento global?

→ <https://www.nationalgeographic.es/medio-ambiente/que-es-el-calentamiento-global#:~:text=En%201895%2C%20el%20qu%C3%ADmico%20suizo,sofisticada%20comprens%C3%B3n%20del%20calentamiento%20global>

Oltra, C., Solà, R., Sala, R., López, A. P., & Gamero, N. (2009). Cambio climático: percepciones y discursos públicos. *Prisma Social: revista de investigación social*, (2), 10.

→ <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5602138>

Pérez Barea, J. J. (2016). *La preocupación medioambiental como antecedente del consumo socialmente responsable*. [Tesis de Doctorado, Universidad de Córdoba]

→ <https://helvia.uco.es/bitstream/handle/10396/14143/2016000001534.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

UNEP: United Nations Environment Programme. (2019). Climate justice.

→ <https://leap.unep.org/en/knowledge/glossary/climate-justice>

Vide, J. M. (2008). La nueva realidad del calentamiento global. Un decálogo del cambio climático. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 12, 19.

→ <https://www.divulgameteo.es/uploads/Dec%C3%A1logo-CC.pdf>

Information from the article

→ https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/15942/CONICET_Digital_Nro.19643.pdf?sequence=1&isAllowed=y

A TIVIDADES AUXILIARES

Atividades - Boas práticas ambientais

Nome da atividade	Campanha de reciclagem na Festa Anual
Descrição	1 - Antes da festa produzir 6 cartazes com caixa de papelão usado contendo mensagens apelativas à reciclagem; 2 - No primeiro dia da festa colocar os cartazes junto ao caixote do lixo perto dos 2 bares da festa; 3 - Todos os dias da festa incentivar as pessoas a reciclar e tirar fotos para as redes sociais com as mesmas de forma a criar engagement; 4 - Reciclar cada dia o plástico armazenado.
Facilitadores	3 técnicos de juventude
Participantes	+5000
Duração da ação	10 dias
Materiais	1 caixa de cartão usada para os cartazes, 3 marcadores coloridos, fita-cola, tesoura, 4 caixotes do lixo grandes
Local	Local de cuidados ambientais
Tema	Reciclagem e ecologia
Dicas	Criar um ambiente de envolvimento e boa disposição entre os participantes para que estes reciclem toda a festa durante dez dias

Nome da atividade	Shark tank - versão ambiente
Descrição	1 - Dividir os participantes em grupos de 4; 2 - Os grupos têm 30 minutos para criar a sua melhor ideia de negócio sustentável; 3 - Cada grupo faz um pitch de 3 minutos para apresentar a sua ideia aos business angels; 4 - Os business angels e os outros grupos fazem-lhes perguntas; 5 - Os business angels decidem em conjunto se cada ideia é a melhor e dão feedback a todos os grupos sobre o que é bom e o que deve ser melhorado na sua ideia de negócio.
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	20 participantes
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	3 folhas reutilizadas, caneta e marcadores por grupo
Local	Universidade ou centros de ensino
Tema	Ideia de negócio sustentável
Dicas	Incentivar os alunos a apresentarem a sua melhor ideia

Nome da atividade	Falemos de justiça climática, ecologia e direitos humanos
Descrição	1 - Os moderadores introduzem o tema e apresentam o objetivo da sessão; 2 - Vários tópicos são discutidos sucessivamente e o público deve participar e dar a sua opinião; 3 - No final, uma pequena discussão aberta, onde o público pode falar sobre tópicos relacionados que não tenham sido mencionados anteriormente.
Facilitadores	4 técnicos de juventude
Participantes	20-30 jovens da região
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	Projetor; folhas reutilizadas e marcadores para tomar algumas notas
Local	Centro Cultural ou similar
Tema	Clima, ecologia, direitos humanos
Dicas	Aprender algo mais sobre o ambiente e como podemos cuidar dele

Nome da atividade	Limpeza de praia
Descrição	1 - Reúna os participantes no ponto de encontro e vá de bicicleta até à praia; 2 - Na praia, criar pequenos grupos (2 ou 3 pessoas) e distribuir os materiais; 3 - Iniciar a limpeza; 4 - No final, ver o lixo recolhido e refletir sobre os principais elementos; 5 - Regressar ao ponto de encontro de bicicleta.
Facilitadores	3 técnicos de juventude
Participantes	20-30 jovens da região
Duração da ação	5 horas
Materiais	1 saco do lixo e um par de luvas por participante; carro para transportar os materiais e o lixo recolhido
Local	Localização costeira ou localização de interesse ambiental
Tema	Sensibilização para a poluição
Dicas	Promover a sensibilização para a poluição e para o facto de os pequenos gestos poderem ter grandes consequências

Nome da atividade	Workshop sobre a indústria da moda e a economia circular
Descrição	1 - introdução ao tema: indústria da moda - uma das mais poluentes - 97% das roupas feitas são desperdiçadas; 2 - divisão em grupos (3-4 pessoas), para que cada grupo descubra formas de reduzir o impacto das nossas escolhas e ações 3 - debate sobre economia circular e aplicações/lojas de roupa em segunda mão
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	30-40 Estudantes do ensino secundário/Universidade
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	Folhas reutilizadas e marcadores para tomar algumas notas
Local	Escola Secundária/Universidade ou Centro de Educação
Tema	Economia circular
Dicas	Promover empresas mais sustentáveis e difundir o conceito de economia circular

Nome da atividade	Documentário sobre fast fashion
Descrição	Convidar algumas pessoas para verem um documentário sobre a fast fashion e sobre como a indústria da moda funciona de forma insustentável
Facilitadores	1 técnico de juventude
Participantes	20-30 jovens da região
Duração da ação	2 horas
Materiais	Projektor de vídeo, computador
Local	Centro Cultural ou similar
Tema	Fast fashion

Nome da atividade	Feira de segunda mão
Descrição	Convidar todos os habitantes locais para se reunirem num Centro Cultural ou similar e participarem nesta feira sustentável, na qual podem fazer algumas vendas de troca direta com produtos em segunda mão.
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	30 ou mais
Duração da ação	3 horas
Materiais	Mesas, cadeiras, projektor de vídeo
Local	Centro Cultural ou similar
Tema	Desconstrução do conceito de fast fashion
Dicas	Incentivar a utilização de produtos em segunda mão como forma de sensibilizar para as questões da indústria da moda

Nome da atividade	Vamos investigar
Descrição	1 - Dividir os participantes em equipas (4 pessoas por grupo); 2 - Cada equipa investiga e prepara uma apresentação criativa de um dos temas 3 - Discussão sobre soluções criativas sustentáveis Temas: Poluição; aquecimento global; esgotamento de recursos naturais, eliminação de água, alterações climáticas, perda de biodiversidade, desflorestação, acidificação dos oceanos, poluição da água, questões de saúde pública...
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	20-30 jovens e jovens líderes da comunidade local
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	Folhas e marcadores reutilizados, computadores portáteis
Local	Centro de juventude ou similar
Tema	Problemas ambientais
Dicas	Sensibilizar para as principais questões ambientais

Nome da atividade	Nova mentalidade
Descrição	1 - Dividir os participantes em equipas (4 pessoas por grupo); 2 - Cada equipa investiga e prepara uma apresentação criativa de um dos temas 3 - Debate sobre soluções criativas sustentáveis Temas: turismo sustentável, agricultura sustentável (biológica, permacultura, policultura), economia circular, reciclagem de água
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	20-30 Jovens e jovens líderes
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	Folhas e marcadores reutilizados, computadores portáteis
Local	Centro da Juventude ou similar
Tema	Soluções sustentáveis
Dicas	Aumentar os conhecimentos sobre novas práticas sustentáveis

Nome da atividade	Pintar o seu próprio saco
Descrição	Cada participante terá a oportunidade de personalizar o seu próprio saco.
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	20-30 jovens estudantes
Duração da ação	1 hora e meia
Materiais	Saco de tecido liso em 2ª mão por participante; tintas para tecido
Local	Centro de juventude ou similar
Tema	Práticas sustentáveis

Nome da atividade	Limpeza de ruas e florestas
Descrição	Organizar voluntários na aldeia para limpar as ruas principais, algumas florestas e outros locais estratégicos poluídos previamente identificados. O lixo deve ser dividido em sacos de acordo com os diferentes tipos de materiais e a divisão da reciclagem. Recolher também as cinzas e enviá-las para uma indústria que as utilizará na sua produção.
Facilitadores	2 técnicos de juventude
Participantes	20-30 Jovens da aldeia
Duração da ação	3 horas
Materiais	Sacos de plástico grandes, garrafas de plástico vazias, um par de luvas por participante, carrinha para transportar o lixo
Local	Centro local ou similar
Tema	Ambiente e atividades sustentáveis

Nome da atividade	Cuidar da minha planta.
Descrição	Cada participante terá de cultivar a sua própria planta. Ser-lhes-á dado todo o material necessário para o fazer, como terra, sementes, vasos, etc. Terão de ser eles próprios a cuidar da planta, dando-lhe os cuidados de que cada um necessita. A ideia é manter a planta durante todo o projeto. Como acompanhamento, todos os meses cada um deles partilhará uma fotografia do estado da sua planta e, uma vez terminado o projeto, será possível ver a evolução de cada uma delas e quais as que sobreviveram.
Facilitadores	Um voluntário de uma das organizações que colaboram com o projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	Todo o projeto.
Materiais	Sementes, vaso.
Local	Não é necessário um local específico.
Tema	Planta, ambiente.

Nome da atividade	Rota selvagem.
Descrição	Haverá um percurso por uma área natural próxima, no qual os participantes terão de passar por alguns testes, como adivinhar o nome de uma determinada planta ou descobrir a idade de uma árvore só de olhar para a sua casca.
Facilitadores	Um voluntário de uma das organizações que trabalham no projeto e até um guia.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 a 3 horas.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Local	Um espaço natural.
Tema	Natureza, ambiente.

Nome da atividade	Visita com valor ambiental.
Descrição	É feita uma visita a um local ou espaço natural de grande importância para a localidade. Será feita uma visita guiada na qual se ficará a conhecer a história desse local e aspectos importantes do mesmo.
Facilitadores	Um guia que conheça corretamente o espaço natural.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 a 3 horas.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Local	Um espaço natural.
Tema	Natureza.

Nome da atividade	Criação de um guia de hábitos sustentáveis.
Descrição	Cada participante apresentará, perante os restantes colegas, um hábito que considere sustentável e que possa ser praticado no seu quotidiano. Por exemplo, reutilizar água, andar de bicicleta ou utilizar os transportes públicos. Quando todos os participantes tiverem apresentado o seu hábito, este será compilado num documento que estará acessível a todos os participantes e que estes poderão pôr em prática no seu dia a dia.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	3 horas.
Materiais	Papel, cartão, lápis de cor.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Sustentabilidade, ambiente.

Nome da atividade	Recursos ambientais.
Descrição	Cada participante procurará recursos digitais relacionados com o ambiente (artigos, livros, filmes, documentários, etc.) com o objetivo de criar uma pasta digital útil a que todos os participantes possam aceder quando necessitarem.

Nome da atividade	Recursos ambientais.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Acesso à Internet e um computador.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Recursos ambientais, recursos digitais.

Nome da atividade	Workshop de debate sobre o ambiente.
Descrição	Será organizado um debate sobre um tema ambiental, no qual os participantes discutirão e partilharão as suas opiniões.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Não é necessário nenhum material específico.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Debate, ambiente.

Nome da atividade	Conceção de uma campanha de sensibilização.
Descrição	Será proposto aos participantes que concebam e criem uma campanha de sensibilização ambiental através das redes que os aproximará destas questões.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Acesso à Internet, computador.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Sensibilização, ambiente, meios de comunicação social.

Nome da atividade	Cuidar da água.
Descrição	Será desenvolvida uma atividade em que o tema principal será a água. Analisaremos quais os sectores que consomem mais água e como isso afecta o ambiente. Também analisaremos ações e recomendações para o cuidado e a poupança de água.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Não é necessário nenhum material específico.
Local	Uma sala com um projetor para apresentar os diapositivos.
Tema	Poupança de água, ambiente, sustentável.

Nome da atividade	Um dia de campismo.
Descrição	Os participantes desfrutarão de um dia de campismo no meio da natureza. Levarão a sua própria tenda e desfrutarão de uma experiência agradável com o grupo. Procuraremos um local para passar a noite, como um parque de campismo, e durante o dia faremos diferentes atividades no meio da natureza.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	1 dia.
Materiais	Tendas e mantimentos.
Local	Acampar.
Tema	Acampamento, natureza, interação.

Nome da atividade	Aprender a reutilizar o plástico.
Descrição	Tendo em conta a utilização maciça de plástico e o quão poluente este material pode ser para o planeta, é proposta uma atividade para dar uma segunda utilização às garrafas de plástico que cada participante tem em casa. Será uma forma de dar uma segunda "vida" a estes objectos, ao mesmo tempo que se aprende sobre os efeitos negativos que a sua utilização tem no ambiente.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	1 a 2 horas.
Materiais	Garrafas de plástico, tintas, tesouras.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Artesanato, reutilização.

Nome da atividade	Dia na natureza.
Descrição	Haverá uma excursão a um local próximo que seja adequado para caminhadas. Cada participante levará uma sandes para um piquenique após a caminhada.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	Uma manhã.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Local	Um espaço natural não muito distante.
Tema	Natureza, caminhadas.

Nome da atividade	Oficina de reciclagem.
Descrição	Será realizado um workshop de artesanato-reciclagem em que os participantes terão de criar um alvo a partir de outros alvos.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre os 18 e os 30 anos que participam no projeto.
Duração da ação	3 horas.
Materiais	Serão necessários objectos a que se possa dar uma segunda vida e qualquer outro tipo de material que possa ser útil para a atividade.
Local	A atividade decorrerá numa sala equipada com cadeiras e mesas para permitir a realização das tarefas.
Tema	Sustentabilidade, reciclagem, reutilização.

Nome da atividade	Limpeza na natureza.
Descrição	Será organizada uma reunião de grupo com o objetivo de recolher o lixo num parque ou numa área natural.
Facilitadores	Jovens voluntários.
Participantes	Jovens participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	3 a 4 horas.
Materiais	Serão necessários sacos de plástico de diferentes cores, luvas e uma ferramenta para permitir a recolha dos resíduos no chão.
Local	Algum espaço natural na zona que é frequentada.
Tema	Natureza, ambiente.

Nome da atividade	Sentir a natureza.
Descrição	A atividade terá lugar num espaço natural, por exemplo, um parque. O grupo sentar-se-á em círculo, sem falar. A ideia é que, durante o tempo em que estão sentados, utilizem alguns sentidos e reconheçam 5 coisas que estão a ver nesse momento, 4 coisas que podem ouvir, 2 coisas que podem cheirar e 1 coisa que podem tocar.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	1 a 2 horas.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Local	Não são necessários materiais específicos.
Tema	Sentidos, natureza.

Nome da atividade	Talk-workshop sobre reciclagem.
Descrição	Haverá uma palestra sobre reciclagem na qual os participantes aprenderão como podem separar seus resíduos corretamente.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens participantes entre 18 e 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Local	Uma sala com um projetor para apresentar os slides.
Tema	Resíduos, reciclar, separar.

Nome da atividade	Considerações ambientais.
Descrição	Será realizada uma sessão de reflexão sobre o meio ambiente na qual os participantes serão questionados sobre como acham que seus hábitos diários influenciam o meio ambiente e como poderiam melhorar aqueles que acham que estão prejudicando o Planeta.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens participantes entre 18 e 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	2 horas.
Materiais	Projektor.
Local	Uma sala com projetor.
Tema	Hábitos sustentáveis.

Nome da atividade	Criações naturais.
Descrição	O grupo irá a um parque e recolherá os resíduos naturais que encontrar e depois fará artesanato com ele.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens participantes entre 18 e 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	3-4 horas.
Materiais	Resíduos naturais e materiais para artesanato.
Local	Uma sala de trabalho.
Tema	Artesanato natural.

Nome da atividade	Ciclovia.
Descrição	Rota de ciclismo através de uma área natural. Com esta atividade, os participantes não só desfrutarão de uma tarde agradável na natureza, mas também será útil formar laços entre eles.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens participantes entre 18 e 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração da ação	4 horas.
Materiais	Uma bicicleta.
Local	Um parque ou espaço natural.
Tema	Esporte, natureza.

Atividades - Team Building

Nome da atividade	Nomear essa música
Descrição da atividade	1 - o grupo é dividido em grupos; 2 - São reproduzidos pequenos excertos de canções populares e os participantes devem adivinhar o título e o artista o mais rapidamente possível; 3 - a equipe com a maior pontuação ganha (competição saudável).
Facilitadores	1 técnico de juventude
Participantes	10
Duração da atividade	20 minutos
Materiais	Rádio/telefone/computador
Tema	Conheça um ao outro

Nome da atividade	Round
Descrição da atividade	Os participantes formarão um círculo e um por um vão ao centro para dizer seu nome, fatos interessantes sobre eles e uma coisa diária que ele faz para preservar o meio ambiente.
Facilitadores	1 técnico de juventude
Participantes	10
Duração da atividade	20 minutos
Materiais	Nada
Tema	Conheça um ao outro

Nome da atividade	Eu faço
Descrição da atividade	Os participantes responderão a várias perguntas como "Você recicla?"; "Você usa roupas de segunda mão?". e vão para a área "Eu faço" ou "Eu não faço"
Facilitadores	1 técnico de juventude
Participantes	15
Duração da atividade	10 minutos
Materiais	Nada
Tema	Conheça um ao outro

Nome da atividade	Charadas
Descrição da atividade	Charadas é um jogo onde os jogadores comunicam uma palavra, frase ou título sem falar, usando apenas gestos, expressões faciais e movimentos corporais e os outros participantes vão adivinhar o que significa.
Facilitadores	1 técnico de juventude
Participantes	10
Duração da atividade	10 minutos.
Materiais	Nada
Tema	Conheça um ao outro

Nome da atividade	Adivinha.
Descrição da atividade	O grupo de participantes será emparelhado. Um deles receberá um pedaço de papel com o nome de uma pessoa, animal, coisa, ação, etc. e deve colocá-lo em sua testa sem ver o que diz. Seu parceiro, que estará observando o cartão em todos os momentos, vai dar-lhes pistas através de mímica, pequenas frases ou palavras, para que eles possam adivinhar o que está escrito no papel.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Cartões de papel e canetas.
Tema	Atividades em grupo, trabalho em equipe.

Nome da atividade	Corrida a pé.
Descrição da atividade	Os participantes serão separados em pares e um de seus pés será amarrado ao pé do outro, assim, o pé esquerdo e direito de ambos serão amarrados juntos. Eles terão que coordenar da melhor maneira possível para ser o primeiro a completar o curso marcado e chegar à linha de chegada.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1-2 horas.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tema	Trabalho em equipe.

Nome da atividade	Jogo da cadeira.
Descrição da atividade	Os participantes cercam um círculo de cadeiras e movem-se ao redor do círculo ao ritmo da música. Uma vez que a música para, eles se sentam em uma das cadeiras. Haverá sempre mais uma pessoa do que cadeiras. Cada vez que uma cadeira for removida até que finalmente haja apenas uma cadeira e dois participantes restantes.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1-2 horas.
Materiais	Uma grande sala e cadeiras.
Tema	Equipe, amizade.

Nome da atividade	Debate
Descrição da atividade	Um bloco de notas estará disponível com diferentes perguntas. O moderador levantará o primeiro e os membros do grupo, de forma ordenada, terão que dar sua opinião. Meia hora será alocada para discussão sobre este tópico, após o qual outro cartão será escolhido e o mesmo mecanismo será seguido.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	2 horas.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tema	Discussão, opiniões.

Nome da atividade	Guiando o meu parceiro.
Descrição da atividade	Esta atividade pode ocorrer em uma sala grande ou um espaço ao ar livre. Os participantes são divididos em pares. Um deles deve cobrir os olhos com um lenço, enquanto o outro os guia pelo espaço. Os papéis são depois invertidos. Nesta atividade é importante confiar uns nos outros.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tema	Equipa, confiança.

Nome da atividade	Personal Collage.
Descrição da atividade	Usando várias revistas, jornais, folhetos, etc., cada participante deve fazer uma colagem cortando e colando em um pedaço de papelão todas as informações com as quais ele/ ela se sente identificado. Uma vez terminado, eles irão apresentá-lo ao grupo e explicá-lo brevemente.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	2 horas.
Materiais	Papelão, cola, tesoura, revistas, jornais.
Tema	Confiança, criação pessoal.

Nome da atividade	Os curiosos morrem.
Descrição da atividade	O grupo de participantes elaborará uma lista de 6 perguntas sobre o grupo. Por exemplo, qual é a força do grupo? Os dados serão rolados e o número que aparece será usado para responder à pergunta correspondente. Desta forma será realizada uma conversa sobre a percepção que cada participante tem do grupo.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	Uma hora e 30 minutos a 2 horas.
Materiais	Um dado.
Tema	Trabalho em equipe, pontos fortes e fracos.

Nome da atividade	Adivinha o meu papel.
Descrição da atividade	Cada participante receberá um pedaço de papel com um traço pessoal escrito nele, que eles terão que interpretar. Por exemplo, em um dos papéis que poderia ser escrito, "engraçado, agradável, indiferente, com medo, etc.". O resto do grupo deve adivinhar qual traço pessoal eles estavam jogando e discutir como eles se sentiram jogando esse papel.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	2 horas.
Materiais	Papel e caneta.
Tema	Encenação, grupo de equipa.

Nome da atividade	Role Playing.
Descrição da atividade	Diferentes situações que poderiam acontecer no grupo serão escritas em papel, por exemplo, "alguém no grupo não retorna algo que você emprestou a ele/ ela". Os participantes devem pegar um desses documentos e representar a situação que aparece nele.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 a 2 horas.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tema	Encenação, trabalho em equipa.

Nome da atividade	Sessão de cinema.
Descrição da atividade	Um filme com um conteúdo social importante será escolhido. Será visto como um grupo e, em seguida, perguntas relacionadas ao filme serão solicitadas para que o grupo reflita e debata entre si.
Facilitadores	Voluntários de uma das organizações que trabalham com o projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	3 a 4 horas.
Materiais	Uma sala com projetor.
Tema	Cinema, debate, questões sociais.

Nome da atividade	Descobrimo o meu grupo.
Descrição da atividade	Cada um dos participantes dará três fatos curiosos sobre si mesmos. A pessoa à direita tem que adivinhar qual desses fatos é real e qual não é. O exercício é concluído quando todos os participantes tiverem dado seus três fatos divertidos. Ele ajudará o grupo a se conhecer melhor.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Não são necessários materiais específicos.
Tema	Equipa, conhecimento.

Nome da atividade	Jogo de futebol.
Descrição da atividade	Os participantes interessados se reunirão para jogar um jogo de futebol para construir confiança e vínculo entre si.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	2 horas.
Materiais	Uma bola.
Tema	Equipa, futebol americano.

Nome da atividade	Casais.
Descrição da atividade	Dentro do grupo de participantes, serão formados alguns pares. Um deles receberá um cartão e terá de desenhar o que está nele. Uma vez que o desenho é concluído, a outra pessoa terá que desenhar a mesma imagem, mas apenas com base nas pistas que seu parceiro lhe dá. Em nenhum momento eles poderão ver o sorteio feito por seu parceiro ou o cartão com o nome que receberam. Uma vez que tenham terminado, ambos irão comparar seus desenhos.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Papel e canetas.
Tema	Fotos.

Nome da atividade	Criar confiança.
Descrição da atividade	São colocadas numa mesa pequenas caixas com o nome de cada participante. Depois, um a um, escreverá algo relacionado com os restantes colegas e colocará o papel dentro da caixa correspondente. No final da atividade, cada participante terá uma caixa cheia de papéis escritos por cada um dos seus colegas, nos quais lhes dedicam algumas palavras ou lhes dizem o que apreciam neles.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Papel, caixinhas e canetas.
Tema	Amizade, confiança.
Nome da atividade	Seria aconselhável realizar essa atividade no final, ou pelo menos quando tiver passado tempo suficiente para que o grupo se conheça adequadamente, para que as mensagens que cada um deles escreve estejam mais de acordo com a realidade e tenham mais valor.

Nome da atividade	Momentos de partilha.
Descrição da atividade	Cada membro do grupo deve escrever em um pedaço de papel uma memória de um momento em sua vida que os fez refletir de alguma forma. Outro membro do grupo se levantará, lerá o jornal e tentará adivinhar a quem ele pertence. A atividade termina quando todos os participantes estiverem conectados com sua reflexão.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	Uma hora e 30 minutos.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tema	Experiências.

Nome da atividade	Polícia e ladrão.
Descrição da atividade	O grupo é dividido em dois. Alguns são apontados como policiais e outros como ladrões. Os policiais devem pegar os ladrões. Depois de pegá-los, eles se tornam parte de sua equipe. A ideia é que, no final, todos acabam se tornando policiais.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tema	Esporte, jogo.

Nome da atividade	Prestar atenção.
Descrição da atividade	Os participantes são divididos em grupos de 4-5. Eles então se sentam em cadeiras em um círculo. A partir daí, eles simplesmente conversam e se conhecem. Após 5 minutos, cada um deles se moverá pelos diferentes subgrupos para se conhecer e construir confiança.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tema	Grupo, conhecimento.

Nome da atividade	Encontrar a minha gémea.
Descrição da atividade	Cada participante recebe um post-it no qual ele/ela escreve um hobby ou interesse que ele/ela tem. No canto inferior do post-it, você escreve o seu nome. Uma vez que todos os participantes tenham escrito seu trabalho, eles o colocam no quadro. O objetivo é encontrar outra pessoa entre eles que também compartilhe o mesmo hobby ou interesse.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora e 30 minutos.
Materiais	Post-it, tábua e canetas.
Tema	Interesses comuns.

Nome da atividade	Compartilhamento de positividade.
Descrição da atividade	Cada membro da equipe compartilhará com o resto do grupo um evento positivo que aconteceu com eles recentemente.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tema	Pensamentos positivos.

Nome da atividade	Imaginação e toque.
Descrição da atividade	Esta atividade será realizada em pares. Um deles será colocado virado para a parede com uma folha de papel atrás dele/dela. Por sua vez, a pessoa atrás terá que desenhar uma imagem no papel, e o parceiro de frente para a parede tentará reproduzir a imagem que ele/ ela intui que o outro participante está desenhando.
Facilitadores	Jovens responsáveis pelo projeto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração da atividade	1 hora.
Materiais	Papel e caneta.
Tema	Imaginação, imagem.

Atividades - Energizers

Nome da atividade	Alinhar
Descrição	1 - Dê ao grupo um critério específico e eles devem se comunicar não verbalmente e trabalhar juntos para se alinharem corretamente. 2 - Repita o exercício com diferentes critérios. Exemplos: organizar-se por ordem do mês de nascimento ou altura; escolher um animal e alinhar do menor ao maior.
Participantes	+15
Duração	10-15 minutos
Materiais	Nenhum
Tópico	Energizador físico

Nome da atividade	Pisada de balão
Descrição	1 - Cada pessoa deve insuflar um balão e amarrá-lo ao tornozelo com um pequeno cordão; 2 - Todos tentam pisar nos balões uns dos outros, protegendo os seus próprios balões; 3 - A última pessoa com um balão intacto vence (competição saudável).
Participantes	+15
Duração	10 minutos
Materiais	1 balão e um pequeno cordão por participante
Tópico	Energizador físico

Nome da atividade	Malabarismo em grupo
Descrição	1 - todos formam um círculo; 2 - uma pessoa começa por atirar uma bola a alguém à sua frente; 3 - os outros continuam a repetir enquanto adicionam mais bolas para aumentar o desafio. O objectivo é manter todos os objectos no ar sem deixar cair nenhum.
Participantes	+15
Duração	10 minutos
Materiais	5-8 bolas
Tópico	Energizador físico

Nome da atividade	Cadeia de nomes
Descrição	1 - todos formam um círculo; 2 - escolher uma categoria (exemplos: frutas, animais, marcas de automóveis,...); 3 - a primeira pessoa diz uma palavra que se encaixa na categoria e a próxima pessoa deve dizer uma palavra diferente; 4 - continuar até que alguém fique preso ou repita a mesma palavra; 5 - então, comece uma nova rodada com uma categoria diferente.
Participantes	+15
Duração	10 a 15 minutos
Materiais	Nenhum

Nome da atividade	Pedra-papel-tesoura humana
Descrição	1 - o grupo é dividido em pares de frente para o outro; 2 - cada par joga uma rodada de pedra-papel-tesoura; 3 - o vencedor, em seguida, faz parceria com outro vencedor, enquanto o perdedor se torna o líder de torcida para o par vencedor; 4 - repetir o processo até que haja um vencedor final (competição saudável).
Participantes	+20
Duração	10 minutos.
Materiais	Nenhum
Tópico	Energizador físico

Nome da atividade	Olhe para cima, olhe para baixo
Descrição	1 - Organizar os participantes em grupos de 10-20 membros. 2 - Peça aos participantes que fiquem em um círculo apertado, ombro a ombro. 3 - Explique que quando você (o facilitador) diz, “olhe para baixo” todos devem olhar para o chão. E quando você diz: “Olhe para cima” todos devem olhar para cima e olhar diretamente para o rosto de outra pessoa. Se duas pessoas olham para cima e olham uma para a outra, elas devem gritar e depois sair do círculo. O resto dos participantes que não fizeram contato visual com outra pessoa continuará olhando até que o facilitador diga “Olhe para baixo” novamente. O jogo continua até que haja apenas 2-3 pessoas no círculo. Variações: Se você tem mais de um círculo de Look Up Look Down acontecendo, você vai querer um facilitador que conheça as regras em cada grupo. Com um grupo muito grande, você pode ter vários círculos de Look Up Look Down acontecendo ao mesmo tempo. Se esse for o caso, uma vez que os membros do grupo olham para outra pessoa e gritam, eles devem correr no sentido horário para o próximo círculo e entrar no jogo. Seus círculos continuam fluindo em tamanho. O jogo continua até você ficar sem tempo.
Participantes	+20
Duração	10-15 minutos
Materiais	Nenhum
Tópico	Energizador físico

Nome da atividade	História em cadeias.
Descrição	Todos os participantes ficarão em círculo e um deles, aleatoriamente, dirá uma palavra, qualquer palavra. Outro participante seguirá com outra palavra que, junto com a anterior, criará uma história que faça sentido.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	30 minutos.
Materiais	Nenhum material específico é necessário.
Tópico	Activação, improvisação.

Nome da atividade	Casais separados.
Descrição	Cada participante recebe um desenho de um objeto. Eles têm que procurar outro desenho entre os outros participantes que está relacionado com o que eles têm. Por exemplo, se um tiver uma tesoura, o outro participante deve procurar o desenho que corresponde ao papel.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	40 minutos.
Materiais	Papel.
Tópico	Ativação em grupo.

Nome da atividade	Criatividade ativada.
Descrição	O grupo será dividido em pequenos grupos de 3-4 pessoas. Cada grupo terá que pegar 5 pedaços de papel de uma cesta em uma das mesas. Cada pedaço de papel terá uma palavra escrita nele. O grupo terá de formar uma frase significativa com estes papéis num tempo máximo de 1 minuto.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	30 minutos.
Materiais	Papel e canetas.
Tópico	A improvisação, a criatividade.

Nome da atividade	Não te esqueças do meu nome.
Descrição	Nesta atividade, os participantes estarão sentados em um círculo e um deles dirá aleatoriamente em voz alta "olá, (nome de um parceiro), que por sua vez repetirá o mesmo exercício mencionando outro de seus/ seus parceiros. A atividade terminará quando todos os nomes forem mencionados. Esta é uma maneira de todos saberem os nomes uns dos outros e se conhecerem melhor.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	30 minutos.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tópico	Memória, ativação de grupo.

Nome da atividade	Pegue a cor.
Descrição	Os participantes serão sentados em cadeiras em fila. O líder da atividade vai chamar o nome de um objeto e os jovens devem rapidamente se levantar para tocar outro alvo que tem a cor da coisa mencionada. Por exemplo, se o facilitador disser "limão", todos os participantes devem rapidamente se levantar para tocar um objeto na sala que é amarelo.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	30 minutos.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tópico	Ativação.

Nome da atividade	Freestyle.
Descrição	Os participantes serão distribuídos pela sala e fecharão os olhos. Enquanto isso, pequenos fragmentos de diferentes estilos musicais serão tocados e eles terão que mover seus corpos de acordo com o ritmo da música. Uma vez que a rodada de música acabou, ela será repetida novamente, mas desta vez com os olhos abertos.
Participantes	A lista de músicas será composta por músicas fornecidas por cada um dos participantes.
Duração	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Materiais	40 minutos.
Tópico	Computador.
	Música, equipe.

Nome da atividade	Citação famosa.
Descrição	Todos os participantes do grupo trazem uma citação famosa com a qual se identificam ou simplesmente gostam. Eles compartilham com o grupo e explicam o motivo de sua escolha.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	45 minutos.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tópico	Citações, inspiração.

Nome da atividade	Banda musical.
Descrição	A ideia é que o grupo se torne uma banda musical sentado em um círculo. Cada participante criará um som, seja com a boca ou com as mãos, por exemplo, batendo palmas. A pessoa à sua direita terá que repetir o mesmo som e também criar seu próprio som, e assim por diante.
Participantes	Jovens entre 18 e 30 anos participando do projeto.
Duração	40 minutos.
Materiais	Nenhum material específico exigido.
Tópico	Música, grupo.

Nome da atividade	Descrição acorrentada.
Descrição	Nesta atividade, cada um dos participantes deve dizer qual é o seu nome e mencionar uma característica com a qual se sentem identificados que começa com a inicial do seu nome.
Participantes	Jovens participantes entre 18 e 30 anos que fazem parte do projeto.
Duração	30 minutos.
Materiais	Nenhum material específico é exigido.
Tópico	Descrição, conhecimento.

